

PERIÓDICO ELETRÔNICO

GEOBAOBÁS

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA & AFROBRASILEIRA NO DISTRITO FEDERAL (1956 - 2017)



GEOBAOBÁS

PERIÓDICO
ELETRÔNICO



PERIÓDICO ELETRÔNICO - GEOBAOBÁS
VOLUME 1. ANO 5 NÚMERO 02 (2021)
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL
ISSN - 2595-7988



HISTÓRIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA & AFROBRASILEIRA NO DISTRITO FEDERAL (1956-2017)

Autor:
Profa. Dra. Valéria Nely César de Carvalho

PROJETO GEOAFRO
INSTITUTO BAOBAS
CIGA/UnB
BRASÍLIA - 2021

p. 01-60

Como citar este artigo:

Carvalho, V.N.C.; *História das Religiões de Matriz Africana & Afrobrasileira no Distrito Federal (1956-2017)*. Periódico Eletrônico: Geobaobás, v.5, n.2. (2022), p. 1:60 ISSN: 2595-7988

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons . Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.



Foto: Prof. Rafael Sanzio dos Anjos. Detalhe da parede de pedra tradicional. Pirenópolis – Goiás, 2015.

APRESENTAÇÃO

Planejar e concretizar as demandas e atividades do **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (Projeto GEOAFRO)**, tem sido um permanente desafio acadêmico e junto aos distintos seguimentos envolvidos. Neste sentido, cada produto realizado é uma oportunidade para fortalecer os objetivos propostos e agregar parcerias e um maior alcance no setor decisório e junto a sociedade civil. O Periódico GEOBAOBÁS, colocada no ciberespaço nesta oportunidade, é mais um sonho realizado onde trabalhos de grande relevância produzidos ao longo das dinâmicas do Projeto GEOAFRO e seus parceiros poderão ser divulgados, sempre que possível, com as suas características originais.

Um abraço grande a todos e todas!

Brasília-Brasil, may, 2022

PRESENTATION

*Plan and achieve the demands and activities of the **Geography AfroBrazilian Project: Education and Territorial Planning (Project GEOAFRO)**, have been a constant academic challenge, together with the different engaged follow-ups. That way, each performed project is an opportunity to reinforce the proposed goals, added partnerships and a bigger reach in the decisive sector and the civil society. The GEOBAOBÁS Journal, placed in cyberspace in that opportunity, is one more fulfilled dream, where the works of great importance produced over the dynamics of the Project GEOAFRO and their partners could be revealed, wherever possible, with their original characteristics.*

A big hug to everyone!



História das Religiões de Matriz Africana & Afrobrasileira no Distrito Federal (1956-2017)

Valéria Nely César de Carvalho

Doutora em História (EPHE-Paris), Pós-doutora em Antropologia (USP-SP), Pesquisadora Colaboradora do Projeto GEOAFRO. E-mail: carvalho.nely@gmail.com



Foto: Detalhe de painel de madeira entalhada em Dakar – Senegal. Acervo Prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, 2007.

Resumo: O artigo realiza uma abordagem histórica sobre o estabelecimento das religiões de matriz africana e afrobrasileira na área do Distrito Federal (1956-2017) por meio de pesquisas em fontes documentais e bibliográficas sobre a história de Brasília e dessas religiões no país. Objetivou-se caracterizar suas expressões na conformação local ao identificar fatos, marcos e protagonismos, suas redes sociopolíticas e territoriais, e confrontar parâmetros interpretativos já observados nas demais regiões brasileiras. A análise possibilita compreensões sobre os ideários de país subjacentes à construção da nova capital brasileira, revela projetos políticos e oportuniza entendimentos sobre a vulnerabilidade social ainda presente no cotidiano dos “povos do terreiro”.

Palavras-chaves: Terreiros, religiões de matriz africana, História dos Terreiros no DF, Brasília Africana, Distrito Federal Afrobrasileiro, Umbanda no DF, Candomblé no DF, preconceito religioso, intolerância religiosa, geografia das africanidades no DF

Abstract: The article takes a historical approach to the establishment of African and AfroBrazilian religions in the Federal District area (1956-2017) through research in documentary and bibliographic sources on the history of Brasília and these religions in the country. The objective was to characterize their expressions in the local conformation by identifying facts, landmarks and leadership, their socio-political and territorial networks, and confronting interpretative parameters already observed in other Brazilian regions. The analysis enables understanding of the country's ideals underlying the

construction of the new Brazilian capital, reveals political projects and provides an opportunity to understand the social vulnerability still present in the daily life of the "peoples of the terreiro".

Keywords: Terreiros, religions of African origin, History of Terreiros in the Federal District (Brazil), African Brasília, Afrobrazilian in the Federal District (Brazil), Umbanda in the Federal District (Brazil), Candomblé in the Federal District (Brazil), religious prejudice, religious intolerance, geography of Africanities in the Federal District (Brazil)

Résumé : L'article est une approche historique sur l'établissement des religions africaines et afrobrésiliennes dans le territoire du District fédéral (1956-2017) à travers la recherche de sources documentaires et bibliographiques sur l'histoire de Brasília et de ces religions dans le pays. L'objectif était de caractériser leurs expressions dans la conformation locale en identifiant des faits, des repères et des leaderships, leurs réseaux socio-politiques et territoriaux, et en confrontant des paramètres interprétatifs déjà observés en autres régions brésiliennes. L'analyse permet de comprendre les idéaux de pays qui sous-tendent la construction de la nouvelle capitale brésilienne, révèle les projets politiques et permet de comprendre la vulnérabilité sociale encore présente dans le quotidien des « peuples du terreiro ».

Mots clés : Terreiros, religions d'origine africaine, Histoire des Terreiros au District Fédéral (Brésil), Brasília africaine, District Fédéral Afrobrésilien, Umbanda au District Fédéral (Brésil), Candomblé au District Fédéral (Brésil), préjugés religieux, intolérance religieuse, géographie des africanités au District Fédéral (Brésil)

Introdução

No âmbito do projeto “Mapeamento dos terreiros religiosos de matriz africana no Distrito Federal” - realizado a partir de parceria institucional entre o Projeto Geografia Afrobrasileira: educação, cartografia e ordenamento do território (GEOAFRO) do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga) da Universidade de Brasília (UnB), a Câmara dos Deputados, o ex-Ministério da Cultura, a Fundação Cultural Palmares e a Finatec -, o trabalho que se segue objetivou materializar a presença das religiões de matriz africana e afrobrasileira, caracterizar fatos e marcos de sua expressão na conformação local, identificar o seu protagonismo, suas redes sociopolíticas e territoriais na história da cidade por meio de pesquisa histórico-documental. A metodologia desenvolvida pelo projeto GEOAFRO para a produção da cartografia básica dos terreiros religiosos (1a. etapa) tem como premissa fundamental a não-interferência da equipe de pesquisadores no cotidiano das casas de cultos, ou seja, não se realiza inventários e nem pesquisa social.¹ A pesquisa histórica baseada em documentos, sem os recursos da história oral, privilegiou a identificação nos acervos locais e na historiografia sobre a cidade os registros conservados sobre os povos do terreiro, as representações de passado subjacentes nessas menções e, por meio da produção acadêmica, estabelecer correlações com a historiografia brasileira sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira.

Além de consulta à literatura histórica, antropológica e sociológica sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira, realizou-se levantamento da produção acadêmica repertoriada na biblioteca eletrônica e física da Universidade de Brasília e pesquisa na documentação conservada no Arquivo Público do Distrito Federal, no Sistema de Normas Jurídicas do Distrito Federal e no jornal Correio Braziliense em livre acesso na Biblioteca Nacional Digital. Assim, essas fontes não foram selecionadas por constituírem locus privilegiado de informações sobre essas religiões, mas, sendo representativas em relação à história da fundação de Brasília, à sociedade brasiliense e brasileira, considerou-se que também poderiam comportar referências históricas sobre o estabelecimento dessas

¹ Relatório Técnico: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/issue/view/1348>

religiões na nova capital do Brasil.

Neste sentido, como se procurará demonstrar, a análise do estabelecimento das religiões de matriz africana e afrobrasileira no Distrito Federal possibilita compreensões sobre os ideários de país subjacentes à construção da nova capital brasileira, revela embates entre projetos políticos e oportuniza entendimentos sobre o modo como se estabelece as relações entre a representação sociopolítica e a organização social brasileira na nova capital, a sua cartografia histórica. A edificação de nova capital projeta ideias de futuro e distinta territorialidade ao Brasil com a interiorização do centro político-administrativo nacional, circunstâncias geradoras de utopias sobre a nação que adviria de sua consolidação. A população negra e os adeptos das religiões de matriz africana e afrobrasileira fizeram parte desse processo, trabalharam para a sua concretização e inclusão na cidade. O caminho percorrido pela pesquisa confrontou parâmetros interpretativos já observados nas demais regiões brasileiras, procurou relacionar a representação espacial da cidade à conformação social, extrair da documentação manuseada a exteriorização e imagens retratadas dos povos do terreiro, dos locais onde fíncavam seus fundamentos.

As interpretações histórica, antropológica e sociológica sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira comportam poucas menções em relação à sua organização e estabelecimento no Distrito Federal - principalmente voltada para interpretações sobre essas religiões nas antigas cidades coloniais do país -, mas foram importantes na elaboração do presente trabalho por permitir situar pontos de convergência entre diferentes histórias locais e confrontar análises sobre a sociedade brasileira. A produção acadêmica realizada no âmbito da Universidade de Brasília, em contrapartida, baseia-se em pesquisa de campo e depoimentos orais, provém de diferentes áreas do conhecimento, sobressaindo os estudos efetuados nos campos da Antropologia, Educação, História, Sociologia, Geografia, Música, Artes Cênicas, Saúde e Biologia. Os diferentes campos do conhecimento, as perspectivas teóricas e interpretativas valorizam o patrimônio africano e afrobrasileiro, testemunham o interesse que a temática desperta junto aos pesquisadores brasilienses os quais, frequentemente, trazem considerações sobre o desconhecimento e o

preconceito que se fazem presente quanto ao fazer-saber-ser dos povos do terreiro, a história e a cultura africana e afrobrasileira.

A pesquisa no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal contemplou os diferentes fundos conservados, notadamente Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, Gabinete do Governador, Fundação Cultural, Região Administrativa de Taguatinga e Novacap. Neste último fundo, que reúne o material proveniente da agência administrativa responsável pela construção da nova cidade-capital, detalhada atenção foi acordada aos “Livros de Ocorrências Policiais da Guarda Especial de Brasília (1957-1960)”. Estes registros oferecem ampla visão sobre os conflitos e crimes entre os Candangos, as razões de brigas e desentendimentos, os comportamentos sociais recriminados, a tipificação legal em questão, as ações policiais de coerção e apaziguamento determinadas pela administração, e as decisões tomadas pelos policiais e investigadores diante a situação reportada.

Outra fonte importante sobre a história da cidade, o jornal Correio Braziliense, foi compulsado detidamente em dois períodos quais sejam, entre 1960-1975 e 2000-2013. Principal diário de notícias estabelecido em Brasília desde a inauguração da cidade, este periódico constitui referência na produção textual sobre a sociedade brasiliense, na veiculação de testemunhos e imagens sobre a cidade e seus moradores, e em vista da sua proximidade com a sede do governo, o diário reverbera lobbies e decisões políticas enquanto os seus anúncios classificados nos oferecem uma imagem sobre o mercado local. A fim de ampliar as informações relativas ao período da construção e inauguração de Brasília (1957-1961) recorreu-se à leitura pontual de outros periódicos, como o Jornal do Brasil (RJ), Diário da Manhã (RJ), Jornal do Dia (RS), entre outros. O Sistema de Normas Jurídicas do Distrito Federal permite acesso ao Diário Oficial do Distrito Federal entre 1960 e a atualidade, cobrindo todas as áreas da administração local.

O estudo que ora se apresenta, realizado no período de seis meses entre pesquisa e redação, pretende oferecer aproximação que esboça indicações para futuras investigações. A pesquisa encontra-se estruturada em quatro divisões, sendo que na primeira parte

procurou-se retratar a sociedade brasileira em sua relação com as religiões de matriz africana e afrobrasileira, a continuidade representada pela herança colonial no Brasil moderno, à época em que se projetava Brasília. A próxima divisão enfoca a instalação e ocupação da população candanga no território do Distrito Federal, os principais povoados, acampamentos, alojamentos e favelas que surgem na área, a dinâmica migratória e o estabelecimento dos povos do terreiro, retratando suas lideranças e casas de culto. Na terceira parte, analisa-se a incidência de casos envolvendo as religiões de matriz africana e afrobrasileira entre as ocorrências policiais registradas pela Guarda Especial de Brasília e identifica-se entre as notícias veiculadas pelo jornal Correio Braziliense o surgimento de manifestações de intolerância religiosa. Por fim, a última divisão aborda a falência de várias ideias gestadas pelos mudancistas sobre a cidade e o país, as desigualdades estruturais características da sociedade brasileira no Distrito Federal, em que as religiões de matriz africana e afrobrasileira, apesar de enraizadas no território, confrontam cotidianamente situações de intolerância religiosa.



Brasília-DF: projetos para a sociedade brasileira

“Candomblé, coco e xangôs” para a inauguração de Brasília. Esta havia sido a proposição deliberada durante o IV Congresso Brasileiro de Folclore realizado, em 1959, no campus da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Para os folcloristas, a inauguração da nova capital contaria “com um desfile de folguedos típicos de cada região do país, desde os Carimbós do Amazonas, os Bumba-Meu-Boi do Norte, os Xangôs do Nordeste e os Cocos de Alagoas, aos Candomblés da Bahia, às Cavalhadas do Centro e às danças do Rio Grande do Sul”. A festa projetada, que pretendia levar para as solenidades oficiais os representantes da cultura popular, comportava entendimentos sobre a sociedade, a identidade e o patrimônio nacional assim como a desigualdade social que mantinha a população brasileira negra, indígena e mestiça à margem do Estado. Por essa época, apesar da importância que as políticas públicas culturais já haviam adquirido no país, inclusive obtendo apoio do próprio presidente Juscelino Kubistchek, quem instituiu a Campanha de Defesa do

Folclore Brasileiro em 1958, uma das instituições organizadoras do congresso, a moção apresentada pelos folcloristas teria passado despercebida das discussões da política nacional, o debate possivelmente restringiu-se aos círculos ativos na defesa da cultura popular, aos leitores atentos das páginas culturais dos jornais brasileiros.²

Com efeito, ainda que lideranças do movimento negro, intelectuais e políticos brasileiros reivindicassem ações e políticas de igualdade social e valorização da cultura nacional, que reconheciam a autenticidade das manifestações brasileiras no bojo da cultura popular e indígena, que entendiam o folclore como “lastro para a definição da identidade nacional” (VILHENA 1997, p. 21) - como se evidencia por meio das atividades artística, literária, acadêmica, jornalística e política de Mário de Andrade, Édison Carneiro, Gilberto Freire, Câmara Cascudo, Abdias Nascimento, João Cabral Alves, Florestan Fernandes, José Correia Leite, Renato de Almeida, Isaltino Veiga dos Santos, Darcy Ribeiro, entre tantos outros nomes -, mais uma vez prevalecia na história nacional a mentalidade tacanha das elites brasileiras, em sua negativa de associar o povo à construção da nacionalidade e bem-estar social. Portanto, o significado expresso pela proposição dos folcloristas comportava análises sobre o passado colonial e escravista brasileiro, as populações e culturas implicadas na formação do país, na posição que se almejava para essas populações no projeto social representado pela implantação da nova capital brasileira.

À época da construção de Brasília, mais de setenta anos após a abolição da escravidão (1888) e instalação da república (1889), o país ainda vivia sob o impacto negativo da legislação editada neste momento que eximiu o Estado brasileiro de adotar reparações sociais, morais e materiais à população negra. “Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”, sintetizou

² Jornal do Brasil (RJ), edição 0177, 31/07/1959, 1º caderno, p. 9, artigo “Candomblé, coco e xangôs para inaugurar Brasília se o presidente aceitar”. Conferir ainda Jornal do Dia (RS), edição 03731, 21/07/1959, capa, artigo “IV Congresso Brasileiro de Folclore”; Diário de Notícias (RJ), edição 11157, 12/04/1959, Suplemento Literário, p. 3, artigo “IV Congresso de Folclore” de autoria de Manuel Diegues Júnior; Correio da Manhã (RJ), 24/04/1960, 1o. Caderno, p. 6, artigo “Evangélicos protestam: presidente violou espírito e letra da nossa constituição”.

Florestan Fernandes (1965, p.5) no início dos anos sessenta, em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”, parcialmente secundado pelo estudo que havia realizado com Bastide, durante a década de 1950, com financiamento da ONU. A concertação política que possibilitou essa situação havia sido dimensionada por meio do código penal, elaborado em 1890, cuja redação antecedeu à promulgação da primeira constituição republicana, pelos projetos governamentais de imigração assistida de povos europeus e asiáticos e o pacto republicano que, em 1896, com o recuo dos militares da cena política, assegurou a presidência do país aos Estados de Minas Gerais e São Paulo por quarenta anos.

A legislação exarada em decorrência dos parâmetros alicerçados pelo código penal respaldava a criminalização de expressões socioculturais da população negra e mestiça e restringiu a ação de suas instituições políticas, culturais, religiosas, associativas e caritativas assim como de suas celebrações, cultos, datas simbólicas, costumes e festividades, situações que inibiam a exteriorização, o reconhecimento e a devida inserção social. O código penal de 1890 proibia a prática do “espiritismo”, entendido como culto de possessão, da “magia e seus sortilégios”, cujo sentido era associado à feitiçaria e, por extensão, à macumba. Além disso, as normas que regulavam a prática da medicina criminalizavam o “curandeirismo”, considerado prejudicial à saúde pública, enquanto a lei de contravenções penais punia as pessoas que explorassem “a credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro, explicação de sonho ou práticas congêneres” (MAGGIE, 1992, p. 25-28). Em suas linhas gerais, estas disposições foram retomadas na revisão do código penal cinquenta anos mais tarde, em 1940, o que oportunizava o enquadramento de toda uma série de práticas socioculturais, como as benções, as giras e sessões, as leituras de búzios, o porte de amuletos, os conselhos e exercícios espirituais, os despachos, as dietas alimentares, as rodas de samba e de capoeira etc.



Mapa 01 – Entre os portos de saída na África e de desembarque na América alguns locais permaneceram como referência constante no período de quatro séculos. O século XVIII desponta como o período de maior quantitativo de seres humanos deslocados da África para a América.

A liberdade de crença, adotada na primeira constituição brasileira (1824), não se aplicava à religiosidade de matriz africana e afrobrasileira, o que somente ocorre a partir da primeira constituição republicana (1891), quando foram revogados o regime do padroado, a religião oficial e interdições à exteriorização religiosa. Posteriormente, a liberdade de crença foi referendada com variações quanto ao entendimento sobre a liberdade de culto

e de organização religiosa nas demais constituições republicanas, mas fato é que estas cláusulas continuavam sendo interpretadas prevalentemente por concepções que excluía essas espiritualidades do rol das religiões, como se passou durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), quando foi institucionalizado nas delegacias da polícia civil serviço exclusivamente destinado aos crimes relacionados à mistificação e tóxicos, então entrevistados como meios para o embuste, a burla e fraude, que atingiu essas comunidades religiosas em diferentes áreas do país. O quadro de intolerância social não apresentaria alterações quando da revisão do código penal, em 1940, que caracterizou o “crime contra o sentimento religioso”, pois a utilização desse recurso tinha pouca valia para os crimes perpetrados contra a religiosidade de matriz africana e afrobrasileira: estas espiritualidades continuavam não sendo social e tacitamente consideradas religiões (BASTIDE 1960; VERGER, 1981; SOUZA, 1986; MOURA, 1989; PRANDI, 1991; MAGGIE, 1992; CAPONE, 1996; SANTOS 2008; SOUZA, 1986).³

A convocação de eleições para a presidência da república e assembleia constituinte, em 1944, que pôs fim ao governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945) e selou o pacto democrático para o país no mundo pós-guerra, ainda que tivesse ampliado o debate sobre a situação do povo brasileiro não trouxe as inovações requeridas pelos movimentos sociais para o enfrentamento das desigualdades e o racismo no país. Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro, à frente da organização da I e II Convenção Nacional do Negro, entre 1945-46, reuniu propostas da comunidade negra para a assembleia constituinte, mas o acordo representando pela Constituição de 1946 foi vago, resumia-se à interdição de se “criar distinções entre brasileiros”, o que praticamente inviabilizava a instauração de medidas de discriminação positiva e protetiva e, principalmente, atuou para a desmobilização da pauta do movimento negro, que requeria a aplicação de “crime de

³ Diferentes apelações têm designado os ritos religiosos de matriz africana e afrobrasileira – entre outros batucajé, batuque, atabaque, calundu, jongo, coco, quimbanda, xangô, jurema, candomblé, congado, mandinga, tambor-de-mina, tambor-de-crioula, catimbó, toré, macumba, tunda, babaçue e umbanda -, as quais distinguem tradições associadas aos vínculos africanos, aos ancestrais indígenas, ao culto dos santos católicos e à influência kardecista, além de outras particularidades relacionadas ao destaque que cada componente possui para a comunidade local. Estas distinções singularizam a liturgia, o ritual, as interpretações doutrinárias, a hierarquia sacerdotal, o panteão de divindades, os preceitos observados, as vestimentas e culinária cerimoniais, a disposição de altares, os cânticos, ritmos, rezas, encantações e evocações entre outras diferenciações significativas para os seus adeptos.

lesa-pátria”. A emenda à constituição apresentada pelo senador Hamilton Nogueira para que fosse expressamente consignado “a igualdade de todos perante a lei sem distinção de raça e cor”, o que abriria brechas para a criminalização do racismo, foi rejeitada. Em consequência, a primeira lei brasileira contra o preconceito racial ficou circunscrita ao domínio da contravenção e restrita aos delitos cometidos em espaços públicos. Aprovada em 1951, foi entrevista pelo I Congresso do Negro Brasileiro (1950) como de alcance limitado. Com efeito, essa lei não teria repercussão, sua falência sendo atribuída ao seu intuito, por esvaziar politicamente a tensão racial, que havia obtido visibilidade inédita no país, por evitar o debate público proposto pelas demandas do movimento negro (GRIN e MAIO, 2013; CAMPOS, 2015).

Entre os adeptos das religiões de matriz africana e afrobrasileira, os Umbandistas e Candomblecistas se destacaram por terem ampliado, na década de 1930, a valorização de suas práticas religiosas por meio de canais culturais, políticos e jurídicos de representação social. Em Salvador, em 1937, foi fundada a União das Seitas Afro-brasileiras tendo à frente Édison Carneiro a qual seria substituída, em 1946, pela Federação Baiana de Culto Afro Brasileiro, mais tarde renomeada Federação Nacional de Culto Afro-brasileiro (Fenacab). No Rio de Janeiro, em 1939, foi criada a Federação Espírita de Umbanda (FEU), sendo esse órgão aglutinador dos Umbandistas responsável pela organização, em 1941, do primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda. Posteriormente, esta entidade, então renomeada União Espiritualista Umbanda de Jesus (UEUJ), teve papel preponderante na elaboração do livro “O Culto de Umbanda em Face da Lei”, entregue à Getúlio Vargas, no qual foram apresentados os problemas enfrentados visto a legislação vigente. Em 1950, a UEUJ reorganizou-se, adotando a denominação “Confederação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB)”, a mesma entidade que, dez anos mais tarde, abriria a sua representação em Brasília (CAPONE 1996, BASTIDE, 1960).

A construção de Brasília ocorreu em meio a signos sobre o papel da nova capital na sociedade brasileira, sobre as expectativas concebidas com a sua edificação para o país e população. Considerava-se que a nova capital representava o estabelecimento de um núcleo central em torno do qual se processaria benefícios para a unidade e prosperidade

das demais regiões, com o deslocamento de um contingente populacional para o interior do país, a abertura de rodovias ligando a capital às demais regiões brasileiras e a integração do Centro-Oeste e da Amazônia ao desenvolvimento nacional, configurando-se como uma intervenção eminentemente geopolítica. No projeto mudancista, essa façanha projetava-se exemplar sob todos os pontos de vista: Brasília escaparia à desigualdade social visível nas cidades brasileiras, seria uma cidade sem favelas e com uma rede escolar, hospitalar e de lazer públicos de referência para as demais regiões brasileiras. As ideias mudancistas faziam de Brasília, pelo alcance simbólico e escopo, polo inovador e propulsor de desenvolvimento e utopias como, aliás, reverberava o slogan de campanha do presidente Juscelino Kubistchek: a concretização de cinquenta anos em apenas cinco.⁴



Imagem 01 – Vista do Plano Piloto de Brasília.

O projeto urbanístico escolhido para a construção de Brasília, de Lúcio Costa, baseava-se nas modernas interpretações de seu tempo para o planejamento de cidades, nos princípios

⁴ A este respeito, conferir a revista “Brasília”, uma publicação da Novacap que começou a circular em fevereiro de 1957 e com algumas interrupções existiu até 1988, sendo importante por apresentar o ponto de vista da administração, como nos demonstra o artigo “A interpretação de Brasília” de Osvaldo Orico, em outubro de 1957, nº 10.

da Carta de Atenas, onde a combinação das noções *civitas* e *urbs* pretendia englobar harmonicamente as principais funções desses locais: a moradia, o trabalho, o lazer e a circulação de pedestres, veículos e mercadorias. Como o próprio Lúcio Costa explicou, Brasília havia sido “planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.” O perímetro urbano de Brasília - o chamado Plano Piloto – integrava os diferentes setores projetados para a cidade a partir da interseção entre o Eixo Monumental - local reservado para o centro cívico, o setor administrativo federal e distrital, a catedral metropolitana, os quarteis etc. -, e o Eixo Rodoviário, lugar destinado para o setor residencial e de serviços. A projetada catedral da cidade situava-se no Eixo Monumental, mas afastada do centro cívico, conforme explica Lúcio Costa, ocupando “praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento”. Em outros locais do perímetro urbano, na direção Norte-Sul, nas vias paralelas ao Eixo Rodoviário, terrenos foram previstos para usos institucionais e de serviços, incluindo a instalação de locais de culto, cinemas, hospitais, escolas etc.⁵

A viabilização política, a concepção urbana e construção de Brasília são testemunhos da ambição e ousadia que imbuíram os homens à frente da transferência da capital brasileira para o centro do país. A modernidade de Brasília, no entanto, não residia na implantação de uma cidade em áreas escolhidas - Brasília não era nem a primeira capital no mundo e nem a primeira cidade planejada brasileira -, o arrojo de sua fundação estava na utopia transformadora agregada à sociedade brasileira. As percepções projetadas comportavam ideias variadas para a identidade do país, para a cultura política e o projeto de nação do Brasil moderno. Por seu plano urbanístico e composição populacional, Brasília não foi imaginada nem edificada exclusivamente Católica como outros espaços urbanos brasileiros, à exemplo do Rio de Janeiro e Salvador, então fundadas quando o Brasil era uma colônia e possuía religião oficial, ou Belo Horizonte e Goiânia, capitais planejadas

⁵ Lúcio Costa. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Concurso Plano Piloto, Arquivo Público do Distrito Federal, doravante ArPDF, Fundo Novacap, NOV_B_19.

inauguradas nos anos de 1940, no bojo da reorganização política-administrativa brasileira visando o desenvolvimento das regiões interiores do país.

Em certas vertentes da intelectualidade brasileira imaginava-se que a nova capital seria multiculturalista, pluralista e universalista, inclusive sendo atribuído ao antropólogo Darcy Ribeiro, primeiro reitor da Universidade de Brasília, proposição para que a catedral metropolitana sediasse templo ecumênico, alvitre que denota o ambiente de liberdade e respeito que desfrutavam as religiões na refundação do Brasil em Brasília.⁶ No decorrer do tempo, entretanto, estas ideias não se concretizaram dessa forma, prevalecendo hierarquias entre as áreas escolhidas para a edificação dos locais de culto religioso, que nos remetem ao panorama urbano das antigas capitais brasileiras. À exceção das áreas situadas ao longo do Eixo Monumental, onde se situaram exclusivamente os templos Católicos – além da Catedral Metropolitana de Brasília, no sentido Leste, foi erigida a Catedral Militar Rainha da Paz, no seu lado Oeste -, todos os outros credos edificaram seus locais de culto nas Asas Sul e Norte, e fora do perímetro urbano. Por meio de doações governamentais ou de aquisições em condições especiais, as religiões podiam pleitear terrenos para a construção de suas casas de culto.

Durante os três dias de festa em homenagem à nova capital desfilaram pelo Eixo Monumental os militares, a Guarda Especial de Brasília, as caravanas dos Estados, os estudantes, os servidores públicos e os trabalhadores da construção civil. Nas festividades de inauguração, os representantes da Igreja Católica realizaram missa presenciada por convidados oficiais na área externa do Palácio do Planalto, acompanhada por meio de alto-falantes pelos populares que se encontravam na Praça dos Três Poderes e os telespectadores que assistiam em transmissão televisiva direta, que ocorria pela primeira vez no país. A celebração católica foi destaque do cerimonial, manchete dos principais jornais mundo afora e representação sobre o cenário religioso nacional.⁷ O ato solene da missa católica - que se repete simbolicamente na história brasileira como parábola da civilização ante os selvagens -, foi reiterado na inauguração de Brasília. A simbologia

⁶ Correio Braziliense, edição 042010420105, 21/04/ 2010, Caderno Especial “50 motivos para sentir orgulho de Brasília: Grande Templo Ecumênico”.

⁷ Correio Braziliense, edição 00001, 21/04/1960, Caderno Especial.

expressa nessa cerimônia por si só ainda hoje interroga a sociedade brasileira. Os representantes dos povos tradicionais e da cultura popular não foram convidados para integrarem a parada cívica, não estiveram presentes à solenidade de gala no Palácio do Planalto nem foram incluídos nos eventos programados pelo cerimonial da inauguração.



Foto 01. A população candanga aguarda a passagem dos cortejos pelo Eixo Monumental, em frente ao Palácio da Alvorada e ao lado do edifício do Congresso Nacional, no dia da inauguração de Brasília. Foto: autor não identificado.

A proximidade entre as datas da inauguração de Brasília e da celebração de Ogum, comemorada no dia 23 de abril, orixá de referência no calendário religioso de matriz africana e afrobrasileira, talvez tenha sido pretexto para que também fossem realizadas rezas de bom auguro à nova capital e, talvez, em benfazejo, velas tenham sido acesas e oferendas servidas aos orixás. Provavelmente, alguns de seus adeptos estiveram entre os populares que acompanharam os desfiles oficiais, os campeonatos esportivos, a regata ou a corrida automobilística. Ainda que a cultura popular estivesse ausente dos festejos oficiais da inauguração de Brasília, os folcloristas colocaram Brasília na rota dos festivais que vinham promovendo, desde a década de 1950, em diversas capitais brasileiras. Entre 1963-1968, no Teatro Nacional, o Festival Folclórico de Brasília animou a cena cultural

da cidade. Em 1965, o babalorixá Joaozinho da Goméia e o seu grupo de Candomblé estiveram presentes na terceira edição deste evento e realizaram, além de apresentações no Teatro Nacional, homenagem à Iemanjá às margens do lago do Paranoá (CASCUDO, 1972, p.632). O período áureo destes encontros, subsidiados pela Organização das Nações Unidas, sofreu impacto com o golpe de Estado, em 1964, e a instalação dos militares no poder. A repressão política que se seguiu ocasionou a demissão de Édison Carneiro do cargo de diretor da Campanha Nacional do Folclore. Somente mais tarde, com o início da distensão do regime, o governo federal reorganizaria os estudos de cultura popular com a criação do Instituto Nacional do Folclore.



Brasília-DF: do terreno ao terreiro

Os inúmeros brasileiros que vieram de todas as partes do país para a construção da nova capital – num primeiro momento, especialmente dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia -, foram se instalando provisoriamente, acomodando os seus pertences, visões de mundo, preceitos e crenças religiosas em seus novos locais de moradia para tão logo quanto possível organizarem os seus espaços religiosos, caritativos e culturais. Em áreas do perímetro urbano de Brasília, no Plano Piloto, nos acampamentos, favelas e povoados situados fora desta área, algumas associações religiosas de matriz africana e afrobrasileira logo abriram seus fundamentos.⁸ A análise sobre o estabelecimento do povo do terreiro em Brasília propõe compreensões sobre as relações entre a representação do espaço e a organização social na fixação da capital brasileira, da imagem do país, do ideário ecumênico e universalista que imbuíu a construção de Brasília, e das leis, mentalidades e práticas segregacionistas persistentes na sociedade brasileira. Apreciações sobre os locais de maior incidência das Igrejas, Templos, Centros, Tendas e Terreiros, das lojas e mercados onde seus adeptos adquiriam a parafernália ritualística,

⁸ Neste artigo utilizo o vocábulo Igreja e Templo para os locais de culto Católico Romano, Protestante e Evangélico; e Centro Espírita, Tenda e Terreiros para os locais de culto de matriz africana e afro-brasileira, sempre privilegiando o próprio modo como essas casas de culto se autodenominam.

dos lugares onde realizavam suas cerimônias e o fato que essas ocasiões se tornaram representativas para a sociedade brasiliense, nos propõem compreensões sobre a sociedade brasileira.⁹



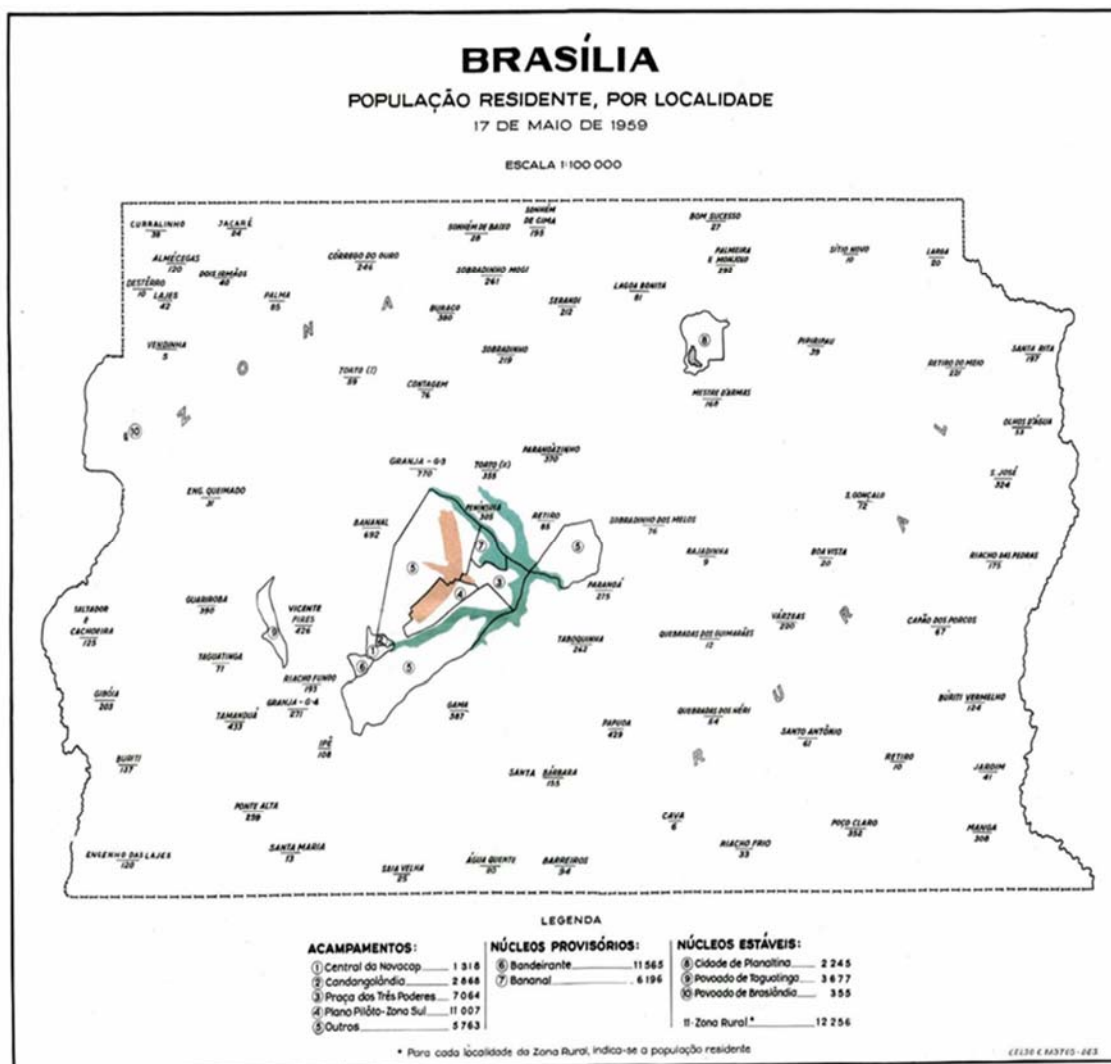
Foto 02 - Trabalhador chegando em Brasília logo no início da construção da cidade, em frente à quadra 107 Sul, nas proximidades dos atuais blocos E e F e da Escola Classe 02, então em construção. Foto: autor não identificado.

Brasília, criada para abrigar uma sociedade moderna, foi construída e principalmente povoada por uma população que, à princípio, supunha-se temporária na cidade, apenas acolhida para a sua construção, os chamados candangos. A Cidade-Livre, oficialmente denominada Núcleo Bandeirante, primeira localidade aberta nas imediações de Brasília, cujas casas começaram a ser erguidas em fins de 1956, adquiriu status de zona franca,

⁹ Segundo Roger Bastide (1985) durante a década de 1940 estava em curso a transferência de vários Candomblecistas de Salvador e Pernambuco para o Rio de Janeiro e São Paulo. Bastide interpretou este movimento migratório como parte do fluxo populacional maior existente entre o Nordeste e as capitais do Sul do país. Durante a construção de Brasília ocorre uma migração interurbana em direção à nova cidade, situação que merece ser contextualizada no âmbito da movimentação dos adeptos das religiões de matriz africana e afrobrasileira. Embora se reconheça a importância dos Umbandistas provenientes do Rio de Janeiro na abertura de terreiros em Brasília, supõe-se que existam outros marcos importantes, pois os Candomblecistas também encontram espaço na cidade. Como exemplo desta informação cita-se o caso do babalorixá J. Figueiredo, personagem influente nas décadas de 1960-1970 em Brasília, que embora se declarasse como Umbandista fazia shows de Candomblé na cidade, realizando várias apresentações na boate La Cave des Rois. Conferir, Correio Braziliense, edição 01769, 11/03/1966, 2º. Caderno.

entreposto comercial e local de acolhimento dos recém-chegados, espécie de cidade-trânsito que se pretendia de existência efêmera, porém se radicou como área residencial permanente. Outros assentamentos também se enraizaram no panorama local, como a Vila Operária, popularmente conhecida como Candangolândia, o principal acampamento dos trabalhadores da construção civil engajados pela Novacap, localizado fora do perímetro urbano. No Plano Piloto, o acampamento da Vila Planalto transformou-se em bairro apreciado pela sua proximidade com a área governamental; a população da favela do Iapi, cuja aglomeração se situava em face à Candangolândia, seria deslocada para a Ceilândia no início da década de 1970; e a invasão do Paranoá não chegou a ser destruída apesar de várias tentativas, mas remanejada para cerca de cinco quilômetros da sua localização original, desocupando a privilegiada orla da barragem e lago do Paranoá.

Os moradores de Brasília já se encontravam com a sua territorialidade parcialmente demarcada à época da inauguração da cidade. Neste momento, já havia ocorrido um remanejamento desta população dentro do próprio território do Distrito Federal, entre os seus oito assentamentos principais, a centena de alojamentos mantidos pelas companhias construtoras e as várias favelas que tomavam corpo dentro e fora do perímetro urbano. Desenhava-se a sedimentação de dois grandes aglomerados habitacionais que guardavam entre si evidentes contradições. Por um lado, deu-se vazão a Brasília-Plano Piloto, circunscrita ao perímetro urbano e, por outro lado, a Brasília-periferia urbana, que reunia as localidades administrativamente chamadas cidades-satélites durante as décadas de 1960-1970, apelação que se tornou sinônimo da desigualdade, à época cidades-dormitórios que gravitavam em torno da sede. Antes mesmo da inauguração da cidade a população candanga já havia rompido as projeções iniciais, ocasionando a decisão política de impulsionar as localidades de Taguatinga, Sobradinho e Gama – meros povoados nos entroncamentos entre fazendas na área do Distrito Federal -, para receber os moradores dos acampamentos provisórios e favelas, o que não se provaria suficiente para abarcar o remanejamento populacional, a dinâmica migratória e a fixação populacional planejada.



Mapa 02 – Na área escolhida para o Distrito Federal existiam adensamentos de pouca expressão populacional e uma única cidade erigida na época colonial, Planaltina.

Apesar do impulso à regularização da Cidade-Livre, da Candangolândia e Vila Planalto, de uma parte da população ter se dirigido para Taguatinga, Sobradinho e Gama, como ocorreu com parte dos habitantes das favelas da Cidade-Livre e da Vila Amaury, os recém-chegados foram mais numerosos, não se reduziam ao funcionalismo público transferido do Rio de Janeiro, para os quais eram previstas as residências do perímetro urbano, e novas favelas foram sendo abertas. O crescimento populacional foi de enorme impacto, embora pouco sentido pela população rural que se encontrava vivendo nas fazendas e roças, ocupada com a sua própria subsistência, como ocorria com os moradores da cidade de Planaltina, a única localidade fundada na época colonial existente na área do Distrito

Federal. Às vésperas da inauguração de Brasília, a população recém-chegada e os já residentes moravam principalmente fora do Plano Piloto e da zona rural, encontravam-se acomodados na periferia do perímetro urbano, nas favelas e acampamentos.



Foto 03 - Vista área da Cidade-Livre em 1958. Foto: autor não identificado.

Esta população distinguia-se em aspectos importantes dos habitantes de outras aglomerações urbanas brasileiras. Conforme o Censo de 1959, além de ser majoritariamente migrante, esta população era menos Católica e menos religiosa do que em outras cidades do país. Os denominados Espíritas, sob cuja designação eventualmente podia-se encontrar adeptos de religiões de matriz africana e afrobrasileira¹⁰, encontravam-se representados em todas as localidades do território, inclusive em Planaltina, eram mais importantes no Plano Piloto do que em Taguatinga, onde o Protestantismo era a segunda religião mais difundida após a Católica, e em Brazlândia, que era uma localidade basicamente rural onde os Protestantes ainda não haviam se instalado. Globalmente considerada, a população mobilizada para a concretização de Brasília era menos Católica

¹⁰ Conforme o censo de 1959 os denominados Espíritas compreendiam os “cardecistas, espiritualistas, esotéricos, umbandistas etc.” (BRASIL 1960, p. 21). No entanto, é difundida a ideia que muitos adeptos das religiões de matriz africana e afrobrasileira, em vista da animosidade social, se declaravam Católicos.

do que a população média brasileira enquanto os representantes de outros credos - Protestantes, Budistas, Judeus, Muçulmanos, Católicos Ortodoxos Russos e Gregos – somente contavam com 1% de seguidores em Brasília, dado semelhante ao observado no conjunto do país (BRASIL 1957, 1959, 1960).

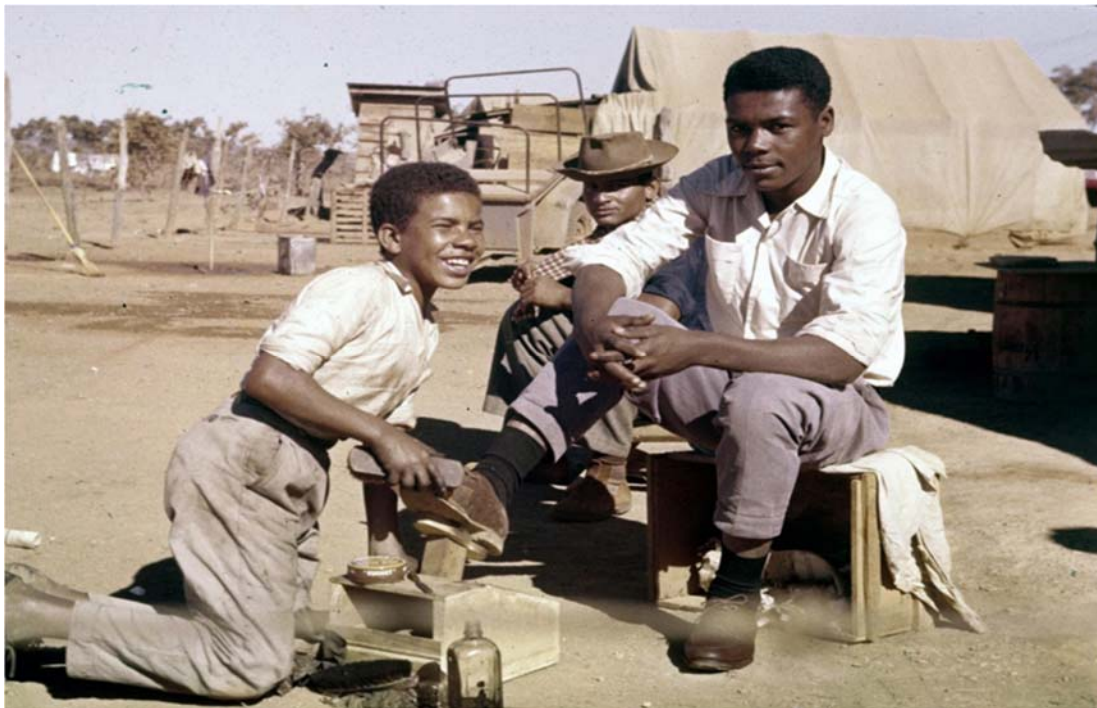


Foto 04. Nos acampamentos foi comum a montagem de barracas de lona para abrigar os trabalhadores. Apesar da poeira nesses locais, os trabalhadores procuravam manter boa aparência e os meninos engraxates tinham dessa forma uma clientela garantida. A preocupação com a aparência também pode ser notada por meio dos objetos pessoais dos indiciados que ocupavam as celas da Guarda Especial de Brasília: entre seus pertences frequentemente constava a presença de pentes e espelhos de bolso. Foto: autor não identificado.

A população candanga abrigada nos alojamentos, acampamentos e canteiros de obras, majoritariamente masculina, tinha uma jornada de trabalho extenuante. Os operários, em sua grande maioria jovens entre 20 e 35 anos, muito esporadicamente deixavam esses locais em função dos prolongados turnos de trabalho. Na Cidade-Livre, no entanto, encontrava-se estabelecida outra rotina, em que se cultivava a vida comunitária e o lazer, a localidade possuía comércio variado, o correio postal, as agências bancárias, casas de culto, cinemas, bares, boates, hotéis, pensões, casas de prostituição e a feira popular, que serviam todos em Brasília. Em 1959, a Cidade-Livre possuía uma população relativamente equilibrada em relação ao número de habitantes do sexo masculino e

feminino, diferentemente do quadro existente nos acampamentos, onde a população masculina era majoritária e predominantemente empregada na construção civil. Na Cidade-Livre, as mulheres invariavelmente trabalhavam em casa, várias eram chefes de família, ofertavam seus serviços principalmente como costureiras, parteiras, cozinheiras, lavadeiras, benzedoras, empregadas domésticas, dançarinas e prostitutas. A Cidade-Livre era ainda a localidade com maior número de famílias, e único local na área do Distrito Federal em que a população era vivificada pelos transeuntes que por ali passavam para se transferirem em seguida para os seus locais de trabalho, para efetuarem entregas de materiais diversos e negociarem bens e serviços (BRASIL 1959, SILVA 1994).



Foto 05. A Cidade-Livre (Núcleo Bandeirante) era o único local no Distrito Federal que, anteriormente à inauguração de Brasília, oferecia lazer aos trabalhadores da construção civil, os candangos. Ali havia dois cinemas e vários bares e boates. Porém, os alto-funcionários da administração se encontravam nas dependências do Brasília Palace Hotel, localizado nas proximidades do Palácio da Alvorada. Foto: autor não identificado.

Na Cidade-Livre havia um clima de conflito e tensão constante, a administração da cidade considerava insuficiente o policiamento mantido pela Guarda Especial de Brasília, apesar do grupo de agentes armados que faziam rondas a pé, a cavalo, de moto ou de carro, popularmente chamados de Cosme e Damião por se deslocarem em duplas. Em 1959, esses guardas eram apenas doze, agiam de modo a dar batidas policiais nos locais que apresentavam aglomeração de pessoas desocupadas para moralizar e disciplinar, mas

também para expulsar os indivíduos considerados inadequados. A Cidade-Livre, entre 1957-1960, concentra o número mais expressivo de comunidades religiosas de matriz africana e afrobrasileira do que outras áreas do Distrito Federal, circunstância relacionada ao fato que nesta localidade existia uma rotina muito diferente daquela que predominava nos canteiros de obra e alojamentos, meros dormitórios de campanha, em que se colocava “xangô no armário”.

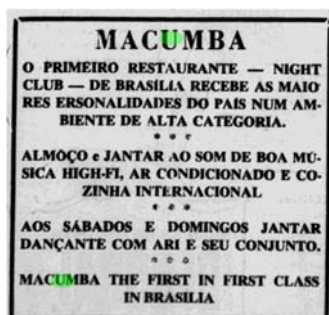


Figura 01 - Após a inauguração de Brasília foram abertos lojas, restaurantes e bares na Asa Sul, principal área residencial dos funcionários públicos transferidos do Rio de Janeiro. O “night-club” Macumba foi um local que animou a noite brasiliense nos primeiros anos da capital, situava-se na avenida W3 Sul, principal via de comércio do Plano Piloto.

Os percursos dos líderes religiosos e o estabelecimento de suas casas de culto guardam variações que singularizam a formação e história de cada comunidade. Por exemplo, a história de Pai Congo tem sido contada e rememorada como referência pelos umbandistas na narrativa sobre o estabelecimento da entidade no Distrito Federal. Antônio de Assis Laos, quem incorporava Pai Congo, sendo funcionário do judiciário brasileiro foi transferido para Brasília à época de sua construção, se estabelecendo na Cidade-Livre, onde lançou os fundamentos de seu terreiro. Em 1958, quando o governo começou negociar terrenos na área urbana, Pai Congo obteve um lote com a interferência de Juscelino Kubistchek, segundo os testemunhos recolhidos por diferentes estudiosos, ao “Centro Espírita de Caridade João Baiano”, em área nobre de Brasília, no Plano Piloto, na quadra 913 Sul. Antônio Laus foi ativo em Brasília, apoiou a organização da Confederação Espírita Umbandista de Brasília (CEUB), participou da ritualização de comemorações e esteve também à frente de vários trabalhos de cunho social na cidade, cuja atuação ainda merece contextualização. No período em que este centro esteve em pleno funcionamento, entre 1958-1980, até a morte de Antônio Laus, foi um dos mais importantes da capital (SILVEIRA, 1994, p. 32-46; ORDEP, 2001, p. 215-251; COSTA

NETO, s.d., p.9).

Outros líderes espirituais também instalaram seus locais de culto na Cidade-Livre e muitos dentre eles, com o início da regularização fundiária desta localidade e a abertura de novas frentes de moradia, transferiram-se para outras áreas no Distrito Federal, por vezes secundando a organização e administração do local ou, com os seus adeptos, procurando melhorias habitacionais. Foi na Cidade-Livre que, em 1957, a clarividente tia Neiva se fixou quando chegou em Brasília para trabalhar como motorista na Novacap e aí fundar a “União Espiritualista Seta Branca”. Em 1964, tia Neiva instalou em Taguatinga a “Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã” para, posteriormente, fixar nos arredores de Planaltina o “Vale do Amanhecer”, ainda hoje em funcionamento (REIS, 2008). Babá Sebastião Calazans, que dirigia o “Centro Espírita Caboclo Peri”, também havia iniciado por esta mesma época suas atividades espirituais na Cidade-Livre, mas transferiu-se para área nas imediações de Taguatinga, em 1958, em local onde posteriormente se situaria Ceilândia. Até hoje este centro encontra-se em atividade sob a direção de seus filhos espirituais (SERRA, 2001).

A instalação da sede da Confederação Espírita Umbandista do Brasil na Cidade-Livre, em dezembro de 1960, foi um evento singularizado pela presença de médiuns vindos de diferentes regiões do país, incluindo o presidente da entidade que havia sido fundada na Guanabara, em 1939, desde então congregando as principais organizações umbandistas no país. Três anos após a inauguração do CEUB em Brasília, os umbandistas formalizaram a regularização da entidade. Por esta mesma época, outros locais de culto filiados à essa tradição abriram suas casas na Cidade-Livre, como o “Centro Espírita Iemanjá” e a “Tenda Espírita São Jerônimo”, sendo que esta última entidade funciona até hoje no mesmo lugar e mantém destaque na vida social da localidade. Babá Marlene, quem esteve entre as primeiras a realizar o rito do barco em homenagem à Iemanjá na beira do lago Paranoá, participando ainda da organização da Confederação Espírita Umbandista do Brasil, abriu o “Centro Espírita Nossa Senhora da Conceição” às margens da estrada do Paranoá. Mãe Maria de Oxóssi veio de Anápolis, cidade goiana, para a Cidade-Livre em 1960, transferindo o seu terreiro, em 1962, para o Gama. A sede da “Tenda Espírita Oxóssi

Rompe Mato”, liderada pela babá Marlene de Souza Vieira, foi aberta, em 1968, na Granja São Judas Tadeu, em Ponte Alta, entre Taguatinga e Gama e, no ano seguinte, foi inaugurado o “Centro Espírita de Umbanda Legião de Iemanjá”, nesta última cidade, tendo por presidente Dona Ivete.



Figura 02 - A instalação da sede da Confederação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB), em dezembro de 1960, na Cidade-Livre, foi um evento singularizado pela presença de médiuns vindos de diferentes regiões do país, incluindo o presidente da entidade que, fundada na Guanabara em 1939, congregava as principais organizações Umbandistas no país.



Figura 03 - A partir de 1976, os Candomblecistas e Umbandistas reorganizam o CEUB e adotam nova denominação.

Raul de Xangô, quem alcançou grande prestígio na cidade e participou de diferentes ações sociais, inicialmente instalou o seu terreiro, em 1967, no Núcleo Bandeirante, posteriormente ocupando outros locais na cidade. Em 1969, foram abertas a “Tenda Espírita Vovó Redonda” e a “Tenda Espírita Caminheiros de Nossa Senhora da Glória” em Planaltina. Em 1970, já estava em funcionamento em Taguatinga a “Tenda Espírita São Francisco de Assis”, conhecida como casa de Seu Sete Porteira. Em 1962, Tito de Omulu abriu seu terreiro em Sobradinho, transferindo-se três anos mais tarde para o Cruzeiro Velho, onde permaneceu por dez anos. Em 1972, Tito de Omulu foi para

Taguatinga, aí ficando até 1978 quando, então, transferiu-se para Santo Antônio do Descoberto, na região do Entorno. Lílico da Oxum e Roberto dos Santos Miranda instalaram, em 1968, um terreiro em Águas Claras, e em fins da década de 1970, abriram duas casas distintas em Sobradinho.

No perímetro urbano, no Plano Piloto, Mãe Raílda de Ogum, vinda do Rio de Janeiro para trabalhar como atendente de enfermagem no Hospital de Base, em 1963, instalou-se na Asa Sul, “onde botamos ele (Xangô) dentro do armário no alojamento da 304 Sul”. Em 1969, tendo adquirido lote em Valparaíso, localidade situada no Entorno de Brasília, Mãe Raílda de Ogum abriu filial do tradicional terreiro Xangô-Opô-Afonjá, ainda hoje em funcionamento. O “Centro Espírita Nossa Senhora da Glória”, fundado em 1965 na residência do Sr. Carlos Rodrigues de Angelis, teve a sua sede inaugurada em 1971, na quadra 911 Norte. Nesta mesma quadra 911 Norte, desde fins da década de 1960 funcionava o “Centro Espírita Vovô Sabina” o qual, posteriormente, foi transferido para um terreno na área de mansões do Lago Norte. Em 1969 o “Centro Espírita Tenda de Oxalá” abriu os fundamentos na quadra 602 Norte, onde até hoje se encontra (SILVEIRA, 1994, p.59-78).

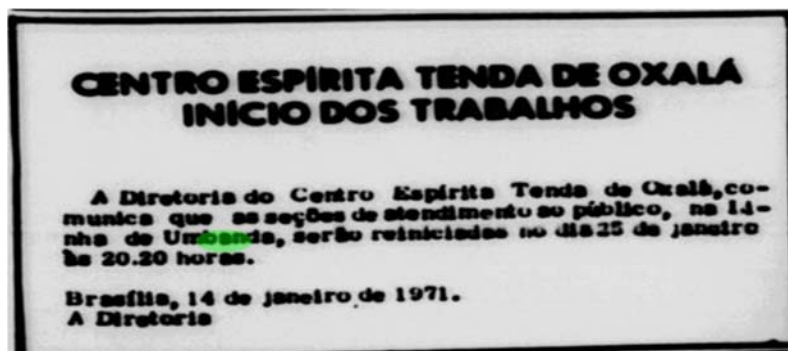


Figura 04 - O Centro Espírita Tenda de Oxalá foi fundado em 1969 e até hoje se encontra em funcionamento na L2 Norte.

Na área do Plano Piloto, devido às particularidades de sua concepção urbana, tem sido difundida a ideia de que as entidades religiosas estruturavam oficialmente seus terreiros nos locais de moradia de seus líderes, geralmente em prédios residenciais e/ou casas germinadas, mas organizavam as suas cerimônias nos arredores da cidade, às margens de vertentes d'água, evitando conflitos com a vizinhança e valorizando as relações que os

terreiros mantêm com a natureza. Com o passar do tempo, esses locais tornaram-se referência para a cartografia dos lugares sagrados, a esse título mencionam-se a cachoeira do Tororó, situada no Jardim Botânico, a cachoeira de Saia Velha em Santa Maria, o Poço Azul e a Chapada Imperial em Brazlândia, a cachoeira do Loca no Gama, a Barragem do Paranoá e a Cachoeira do Urubu no Lago Norte, a Prainha no Lago Sul, entre outros.

Apreciações sobre os locais de maior convergência de grupos religiosos de matriz africana e afrobrasileira demonstram que seus adeptos residiam principalmente na Cidade-Livre, mas também encontravam-se representados na Vila Amaury, na Candangolândia, em Taguatinga, nas casas germinadas, apartamentos e alojamentos dos trabalhadores, do que se deduz que entre os brasileiros que vieram construir e instalar Brasília encontravam-se fiéis dessas religiões nos diferentes adensamentos populacionais abertos no território. O mercado de produtos ritualísticos religiosos corrobora essa assertiva. Inicialmente, este comércio se encontra na feira popular da Cidade-Livre mas, a partir da abertura do comércio na área do Plano Piloto, logo após a inauguração da cidade, os produtos religiosos também entraram no perímetro urbano de Brasília, com lojas instaladas em diferentes locais do Plano Piloto em meados da década de 1960, como no Setor Comercial Sul, na 207 e na 310 Sul. Ao iniciar a década de 1970, esse mercado se encontra também instalado em Taguatinga e Ceilândia e, ainda, no Conjunto Nacional, o primeiro shopping brasiliense. Na década seguinte, o mercado de apetrechos ritualísticos se faz presente na maioria dos aglomerados urbanos do Distrito Federal e nas feiras livres, o que certifica a presença de uma comunidade ativa nessa prática religiosa.

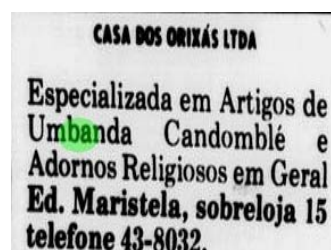


Figura 05 - A loja “Cidmar” e a “Casa dos Orixás Ltda” encontravam-se instaladas no Setor Comercial Sul, no perímetro urbano de Brasília.



Figura 06 - O “Hervanário Cassuelê” e a “Casa Saravá Nosso Povo” instalaram-se na Asa Sul.

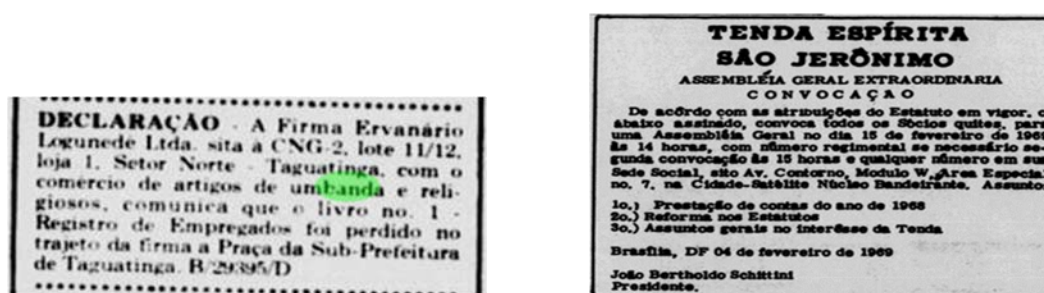


Figura 07 - As declarações de perda de documentos e as convocações para as assembleias de associados nos informam sobre a presença religiosa de matriz africana e afrobrasileira em funcionamento legal.

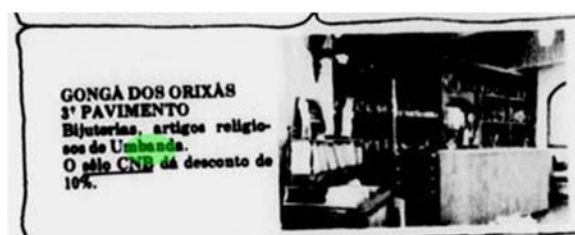


Figura 08 - A loja “Congá dos Orixás”, de propriedade de Nanci Grosman, instalou-se no Conjunto Nacional, primeiro shopping do Distrito Federal.

Algumas efemérides do calendário litúrgico das religiões de matriz africana e afrobrasileira ganharam visibilidade para além do circuito religioso de seus adeptos, ocupando ambientes públicos brasilienses, se firmaram como referência para a sociedade local, alcançando repercussão em diversos segmentos sociais e interagindo habitantes do perímetro urbano e periferia de Brasília. A representação dos Umbandistas em Brasília (CEUB), que posteriormente associaria à entidade os candomblecistas, desde 1966 impulsionou a exteriorização de celebrações para além dos locais de culto. Neste ano, os três eventos promovidos pela entidade ganharam destaque local e paulatinamente foram integrados ao calendário da cidade, sendo doravante praticados anualmente por parcelas importantes da comunidade brasiliense, exteriorizando tradições cultuadas em outras cidades brasileiras, como as manifestações no Rio de Janeiro e Salvador.

A homenagem à Iemanjá, com o rito do barco saindo da orla do Lago Paranoá na passagem de ano, as festividades nas ruas da cidade nas datas de Oxum, Oxalá e Eré são as efemérides anualmente celebradas pelos brasilienses. Nas entrequadradas, a celebração à Eré insere-se na dinâmica da vizinhança, popularizou-se entre as crianças os doces de Ibeiji (São Cosme e Damião), enquanto na avenida W3 Sul, com os festejos dedicados a Oxum e Oxalá, a partir da década de 1970 as religiões de matriz africana e afrobrasileira ocuparam a avenida de lojas e serviços mais importante da cidade. A consagração à Iemanjá, na passagem de ano, que se realiza no bairro mais nobre da capital, que margeia a orla do Lago Sul, no local conhecido simplesmente como “Prainha”, é sem dúvida a comemoração que mais atrai os brasilienses. Na cartografia da cidade, não deixa de ser significativo o fato de que a principal manifestação dessa comunidade, a festa de Iemanjá, reúna uma população que se supõe superar largamente os seus adeptos.



Foto 06. A Prainha tornou-se lugar sagrado para a comunidade religiosa que ali se reunia para realizar o rito do barco na passagem do ano novo. Com o passar do tempo, os brasilienses se uniram à essa celebração. Em 2000, foi inaugurada neste local a Praça dos Orixás, um conjunto arquitetônico que integra esculturas, realizadas pelo artista plástico baiano Tatti Moreno, das principais divindades do panteão religioso africano e afrobrasileiro.

Data de 1966, a primeira manifestação pública de entidades brasilienses em relação à política governamental de restrições à cultura religiosa de matriz africana e afrobrasileira. Estas restrições – que na prática se referiam à dificuldade que os seus dirigentes tinham

em registrar suas entidades e serem oficialmente reconhecidos como ministros religiosos -, foram objeto de demonstrações em várias cidades brasileiras, movimento impulsionado pela decisão do governo da Paraíba de “legalizar as casas de culto do Estado”. À época, a manifestação em Brasília foi organizada pela Confederação Espírita Umbandista do Brasil no Centro Espírita Ogum Rompe-Mato e Cabocla Jandira, em Taguatinga. Conforme explicaram o presidente da entidade, Diógenes Santos, e o babalorixá João Figueiredo, a posição era de estimular “o movimento iniciado na Paraíba e cujo objetivo derradeiro é tornar realidade o estabelecimento da Umbanda como religião, e não deixá-la incluída no rol das diversões públicas conforme o entendimento atual”.¹¹

A questão não foi encerrada neste momento pois, apesar da aprovação da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, relativamente aos registros públicos, durante o governo militar de Garrastazu Médici, não fazer nenhuma alusão ao tipo de religião ou exigência sobre a autoridade religiosa, a aplicação desta legislação se procedeu com os cartórios obstruindo a legalização ao requererem a habilitação dos ministros religiosos para validarem os efeitos civis dos casamentos realizados nos terreiros. De maior repercussão junto à população religiosa de matriz africana e afrobrasileira foi a lei 3.895, de 22 de março de 1977, aprovada durante o governo militar do general Ernesto Geisel, que instituiu medida contrária à isonomia entre as religiões ao determinar que o funcionamento dos cultos de Candomblé e Umbanda fosse comunicado regularmente à Secretaria de Segurança Pública por meio do órgão competente ao qual fossem filiados, comprovando-se para tanto o atendimento de condições preliminares, quais sejam: estatuto da associação, registro em cartório da entidade e do ministro religioso, etc. O desmonte desta legislação somente ocorreria em decorrência da promulgação da Constituição de 1988, mas ainda hoje persiste diferentes relatos sobre as dificuldades enfrentadas por seus ministros para a legalização de entidades religiosas.

¹¹ Correio Braziliense, edição 01859, 26/07/1966, artigo “Umbanda casa 'filhos' com Ogum Rompe-Mato e Iemanjá como padrinhos”; edição 03260, 31/07/1970, Caderno 2, artigo “Umbanda é religião”, de autoria de Carlos Simões.



Brasília-DF: entre a projeção e o espelho

A exteriorização da espiritualidade de matriz africana e afrobrasileira na área do Distrito Federal ocorreu simultaneamente à construção de Brasília. O reconhecimento da presença dessa população religiosa entre os recém-chegados e a sua importância para a sociedade local facilitou a instalação desde logo de locais de culto dentro e fora do perímetro urbano de Brasília. A multiplicação desses espaços religiosos tornou-se visível no decorrer do tempo, como se depreende das histórias das diferentes entidades religiosas, algumas ainda hoje em atuação, mas é factível supor que muitos desses locais teriam tido existência temporária e/ou alteravam com frequência as suas denominações, nem sempre possuíam registro juntos aos órgãos governamentais e estavam sujeitos aos controles dos serviços social, de segurança pública, de saúde etc. A tentativa de elaborar dados sobre a instalação e deslocamento das entidades no território esbarra-se na escassez de referências sequenciadas, indicando flutuação na denominação das entidades e o desaparecimento de várias dentre elas, circunstâncias que poderiam indicar mudança de cidade, adesão à outra entidade, criação de nova associação, modificação do nome social, rompimento do grupo etc., dados que no contexto brasileiro também corroboram na caracterização da vulnerabilidade social em que se encontravam sujeitas essas associações e seus adeptos.

A instalação de associações religiosas e caritativas, conforme a legislação em vigor requeria o registro civil da entidade em cartório. Esta etapa era o primeiro passo após a confecção dos estatutos da associação, os quais envolviam a disposição de certo número de pessoas para preencher as funções requeridas no organograma de funcionamento. O cumprimento destas diferentes exigências administrativas pressupunha conhecimento, tempo e dinheiro dos envolvidos, se devia contar com o apoio de um contador, advogado ou alguém letrado nas leis e na burocracia. O testemunho de pais e mães de santo repetidamente referem-se à dificuldade interposta pelos cartórios ao registro da entidade, invariavelmente solicitando a produção de novos documentos, principalmente requerendo o reconhecimento do ministro religioso pela cabível e legalizada associação da categoria.

Depois da obtenção do registro havia ainda a necessidade de obter alvará e licença emitidos pela polícia, pela saúde pública, serviço social etc. O cumprimento das diferentes exigências legais a nível federal e local realmente constituía entrave que postergava ou inviabilizava a legalização; supõe-se que a grande maioria se encontrava à margem dos registros oficiais de autorização de funcionamento. Deste modo, raramente as associações do povo do terreiro encontravam-se aptas a requerer o status de entidade de utilidade pública e os benefícios como prestadora de serviços de assistência espiritual, social, educacional e caritativa como, por exemplo, as entidades católicas, que permaneciam como principais beneficiárias de recursos públicos em obras assistenciais.

A atuação das instituições estatais no controle das entidades religiosas também podia ser ocasionada por meio de denúncias levadas ao conhecimento da polícia, do serviço de saúde, da fiscalização sanitária etc., cuja análise são indicativas de representações, valores e comportamento sociais, como demonstram os estudos realizados em outras cidades brasileiras, em que esses meios constituíam as principais vias para a criminalização de indivíduos e/ou associações religiosas relacionados à espiritualidade de matriz africana e afrobrasileira. Os boletins de ocorrência, primeiro passo para a possível instalação do inquérito e investigação policial, estiveram sob controle da Guarda Especial de Brasília (GEB) que, entre 1957 e 1961, centraliza os registros policiais notificados na área do Distrito Federal, e constituem fontes de informação sobre os conflitos e disputas que faziam parte do cotidiano dos candangos, não somente da Cidade-Livre, pois os guardas também se encontravam nos outros adensamentos populacionais e mantinham plantão na delegacia, situada na Candangolândia.

A leitura dessas ocorrências permite inferir a existência de regras para o registro dos eventos, mas não foram encontradas instruções específicas na documentação compulsada sobre a padronização dos procedimentos. A redação, por sua vez, vale-se da técnica discursiva dos escrivães, técnica oblíqua de narração que apresenta certa homogeneidade no linguajar utilizado e, embora não seja regular a menção de todos os quesitos de identificação, as anotações pouco variaram durante o período, tendo permanecido constante a tipificação da natureza do caso, o nome da vítima e do indiciado, a descrição

sumária da queixa, dos pertences pessoais retidos, dos bens apreendidos ou reclamados etc., e o despacho do delegado, que raramente comportava anotações, somente a sua assinatura. Por fim, era indicada a providência tomada, ou seja, a advertência, que parece implicar ou não na permanência do infrator por algumas horas ou dias na prisão, mas nem sempre há precisão sobre o período de confinamento, ou a conciliação entre as partes implicadas e, em extremos, a realização de novas enquetes, a abertura de inquérito policial e o encaminhamento do processo às esferas superiores, localizadas em Luziânia ou Planaltina, onde se desenrolava o processo. Os infratores, antes de serem liberados pela GEB, assinavam a ocorrência ou tinham as suas digitais impressas para confirmarem ciência sobre a censura recebida.



Foto 07. Os policiais da Guarda Especial de Brasília em frente à delegacia localizada na Candangolândia posam com as motocicletas apenas incorporadas ao serviço. Foto: autor não identificado.

Os registros demonstram também a existência de uma nomenclatura jurídica que os oficiais de polícia deveriam dominar para tipificar as ocorrências à luz do código penal. No entanto, a descrição dos fatos demonstra que os agentes plantonistas faziam uso de linguagem informal e expressões idiomáticas em que transparece traços culturais mais profundos, que podem denotar aversão ou simpatia por uma das partes visto o sentido semântico das expressões escolhidas para o resumo do caso. Em suma, são registros cuja

leitura levanta suspeita se não teriam substituído as próprias palavras do reclamante e a caracterização pretendida para o caso apresentado. Esse modo de redigir as ocorrências expurgava, tem-se a impressão, o modo de falar dos queixosos já que os agentes raramente mencionam o que classificavam, por exemplo, como sendo da ordem dos descatos, das palavras de baixo calão, dos impropérios e das expressões vulgares, pois raramente anotavam literalmente quais falares e ofensas ocasionavam brigas, desordens e agressões. Os agentes, muito provavelmente, substituíam os vocábulos utilizados pelos queixosos para a descrição dos casos, por esse modo de agir filtravam o teor dos agravos para que, por exemplo, palavrões não fossem lavrados ou ainda, para controlarem a caracterização da queixa. Por fim, o denunciante muitas vezes não transparece estar de posse dos conhecimentos que necessitaria para caracterizar, ele mesmo, a tipificação penal, como demonstra as várias ocorrências registradas.

Essas ocorrências espelham as razões que motivavam a requisição ou atuação da polícia assim como aspectos relacionados aos valores, crenças, legalidades e comportamentos sociais recriminados mas, sobretudo, essas ocorrências denotam as dificuldades de convivência em locais em que o trabalho era superestimado, em que se condenava a ausência de serviço regular e o desrespeito às hierarquias e contratos, um ambiente onde as pessoas se encontravam submetidas às duras condições de vida das longas jornadas de trabalho, à precariedade da alimentação e ausência de instalações adaptadas ao repouso e lazer, à violência física, psicológica e moral em casos de insubordinação. A atuação da Guarda Especial de Brasília tem sido descrita pelos estudiosos que recolheram testemunhos contemporâneos como violenta e arbitrária, os seus componentes tidos como despreparados por serem recrutados entre os próprios candangos, seguindo critérios de seleção que sobretudo privilegiavam o porte físico avantajado e disposição para enfrentar brigas (SILVA, 1994, p. 61-66; RIBEIRO, 2008, p. 55-59).

Por meio das ocorrências se constata que a mediação policial foi muito mais requerida para o controle dos casos de vagabundagem, porte ilegal de arma, briga, agressão, lesão corporal, falsa identidade, descumprimento de contratos de trabalho ou de compra e venda, suborno, corrupção, rixa, bebedeira, contrabando de bebidas, furto, estupro,

pedofilia, conflitos conjugais, raptos e prostituição, por exemplo, do que no controle dos Centros, Terreiros e Tendões e, ainda, das manifestações de intolerância religiosa as quais se inscreviam, conforme o código penal de 1940, como “crime contra o sentimento religioso”, ou das interpretações e práticas comumente relacionadas às religiões de matriz africana e afrobrasileira. Em um universo de mais de 6 000 ocorrências constata-se que a prática da feitiçaria, da magia, do fetichismo, do espiritismo, da macumba, da umbanda, do candomblé, da cartomancia, da clarividência, do curandeirismo e manifestações contra o sentimento religioso – que poderiam dar margem à contestação em vista das práticas associadas à essas religiões e dos parâmetros legais em vigor -, pouco requereram a mediação policial: apenas seis ocorrências policiais se referiam diretamente a essas comunidades religiosas.

Entre as ocorrências envolvendo os seis casos identificados, alguns vocábulos e expressões atuam como sintetizadoras das queixas submetidas à polícia e/ou da sua tipificação, quais sejam: “sessão espírita”, “curandeirismo”, “baixo espiritismo” e “macumba”. Dois casos tipificados como da esfera do “curandeirismo” são associados à prática da “macumba” assim como um caso de “baixo espiritismo” também é relacionado à “macumba” e outro, à “macumba e calúnia”. Poder-se-ia dizer que potencialmente as práticas objeto de queixas e tipificação eram a “macumba”, o “baixo espiritismo” e o “curandeirismo”.¹² Dentre todos os fatos relatados, o caso mais emblemático refere-se ao desentendimento havido entre os irmãos José e Abel Pádua, os quais realizavam uma sessão espírita em residência situada na 4ª. Avenida da Cidade-Livre, e Pedro Teixeira, quem conduziu a polícia até o local da reunião.¹³ Os agentes que acompanharam Pedro até à casa de Abel e José não comunicaram este evento ao policial de plantão, tem-se conhecimento da intervenção por meio dos eventos que se sucederam, nesse primeiro desentendimento é provável que os policiais se limitaram a impedir a continuação da reunião e/ou discussão.

¹² A expressão “baixo espiritismo” teria se propagado por meio dos Kardecistas no Rio Janeiro, na década de 1920, então empenhados em diferenciar-se de algumas correntes das religiões de matriz africana e afrobrasileira. Cf.: Maggie, 1992, p. 26-27; OLIVEIRA, 2015, p.91-143.

¹³ Livro de Ocorrências da Guarda Especial de Brasília. ArPDF, Ocorrência no. 478, 28/01/1958, Nov 1 – D – 10 - 1 – 0001(1) d.



Foto 08. Soldado da Guarda Especial de Brasília em frente ao Departamento Regional de Polícia, no Setor Policial Sul. Foto: autor não identificado, 1958-1960.

No dia seguinte, entretanto, Pedro e os irmãos Pádua encontraram-se casualmente nas proximidades da 3ª. Avenida: os envolvidos se atracaram, trocaram agressões e todos foram levados à delegacia. Conforme José, o desentendimento agravou-se porque Pedro sacou uma faca e procurou acertá-lo, mas a sua intenção era somente esclarecer que a sua morada “era casa de família, e que não ficava bem que ele ficasse dizendo palavras imorais”. Pedro havia gritado na noite anterior, depois que os policiais deixaram a sua casa e para todos os presentes ouvirem: “Isso ahi é uma putaria”. Supõe-se que Pedro era um vizinho dos irmãos Abel e José, mas na realidade não há nenhuma precisão sobre o grau de relação entre eles no registro da ocorrência. Esse registro também não identifica

quem seria a vítima nem o indiciado, não tipifica o caso e nem se sabe qual foi a providência tomada, se os contendores haviam sido soltos ou mantidos em prisão por algumas horas, como ocorria frequentemente em situações consideradas de pouca gravidade, ou se eles foram apenas advertidos para não repetirem o feito, como também era rotina.

Entre os seis casos identificados somente este, em que o plantonista resolveu transcrever literalmente a ofensa proferida, não sabemos qual foi o seu desfecho, quem entre os litigantes seria a vítima e o indiciado. A não qualificação da ocorrência acontecia, mas não era a regra. Outra situação se vislumbra com a menção literal da ofensa proferida, circunstância rara, normalmente os agentes se valiam de expressões generalizadoras para contextualizar as ofensas, mas o significado desta anotação permanece inconcluso, ainda que passível de suposições, pois não foi possível verificar se houve a instauração do processo criminal. Nas outras ocorrências envolvendo as religiões de matriz africana e afrobrasileira todos os implicados foram presos, não se sabe por quanto tempo, pois não há registro sobre a liberação, em uma situação foi lavrado o flagrante e em outra indicava-se a realização de novas averiguações e instauração do inquérito, mas não se conhece informações sobre o encaminhamento posterior.¹⁴ Essas ocorrências nos levam a ponderar sobre as reações que os eventos relatados provocavam nos policiais, nos indiciados e vítimas, em que campo estas pessoas lidavam com o fato, e visto o número de registros envolvendo essas religiões e o teor dos casos tipificados no conjunto das queixas cabe contemplar as possibilidades que têm sido aventadas como impedimento e justificativa para o registro ou não das ocorrências, para as possibilidades de subnotificação da queixa, para a filtragem racial e o racismo, suas consequências no teor das punições.

Nos três casos de “curandeirismo”, dos quais dois foram relacionados à “macumba” e outro ao “baixo espiritismo”, todas as pessoas presentes às sessões foram presas, incluindo aquelas que procuravam cura, e os apetrechos ritualísticos foram confiscados. Desses

¹⁴ArPDF, Fundo Novacap, Livro de Ocorrências da Guarda Especial de Brasília: Ocorrência nº550, 03/03/1958, Nov 1 – D – 10 -1 – 0001(1)d; Ocorrência nº874, 26/05/1958, Nov 1 – D – 10 -1 – 0001(3)d; Ocorrência nº448, 13/10/1958, Nov 1 – D – 10 -1 – 0001(3)d; Ocorrência nº2196, 21/08/1959, NOV-D-10-1-0002 (1); Ocorrência nº 2343, 10/10/1959, NOV-D-10-1-0002 (1)d; Ocorrência nº1398, 7/02/1960, NOV-D-10-1-0003 (2)d; Ocorrência nº1120, 5/10/1960, NOV-D-10-1-0004 (4)d.

casos, dois se passaram na Cidade-Livre e outro no alojamento da Cerâmica BKT, localizado na Papuda. Bastante curioso foi o caso reportado por Jerusa Alves de Alencar contra José Fernandes, vulgo Catalão ou Caricó, ambos residentes na Vila Amaury, tipificado como “macumba e calúnia”, a sua peculiaridade relacionada tanto ao modo como a situação foi interpretada por Jerusa e pelo policial plantonista quanto pelas consequências sofridas por José Fernandes, o acusado. No dia 5 de dezembro de 1960, Jerusa dirigiu-se à delegacia, acompanhada por duas testemunhas, queixando-se de José Fernandes, acusando-o de ter feito “macumba” para que ela se separasse do seu marido, dizendo-lhe ainda que se desse parte à polícia ele iria “abrir o livro”, com isto querendo indicar algum fato constrangedor da sua vida. Diante das circunstâncias, o plantonista resolveu confrontar os fatos: policiais foram até a casa de José Fernandes para conduzi-lo à delegacia, onde ele confessou “ser macumbeiro”. O agente decidiu por mantê-lo no xadrez. Não há indicações sobre o tempo que José Fernandes ficou detido ou se houve instauração do processo criminal.¹⁵

A análise do conjunto das ocorrências permite aventar que os casos relacionados à religiosidade de matriz africana e afrobrasileira foram tratados exemplarmente porque das seis ocorrências identificadas como relacionadas a essas religiões, entre elas cinco resultaram na prisão do indiciado, em todas as situações não há anotações sobre a soltura. A ausência de alguns detalhes no registro dessas ocorrências pode ser facilmente relacionada ao descaso que os agentes podiam demonstrar ao decretar o cerceamento da liberdade de algumas pessoas, como se deduz da ocorrência lavrada por Jerusa. De todo modo, a pesquisa não tendo verificado o desenrolar do inquérito e a constituição de processos criminais, cabe lembrar que a prisão da GEB não passava de um barracão apertado onde os presos eram amontoados, o banheiro era uma fossa aberta do lado de fora, as queixas contra crimes, delitos e contravenções durante uma jornada eram várias e provavelmente os guardas realizavam uma triagem para priorizar o serviço a ser feito, afinal todos se encontravam em Brasília para a construção da capital, o que pode indicar que restrições à determinadas práticas culturais não fosse uma diretiva administrativa ou,

¹⁵ ArPDF, Fundo Novacap, Livro de Ocorrências da Guarda Especial de Brasília: Ocorrência nº 1398, NOV-D-10-1-0003 (2)d, p. 44.

antes, decisão do arbítrio do guarda e do queixoso na qualificação da ocorrência em que ambos, em situação idealizada, deveriam compreender que o interesse público não estava necessariamente relacionado à sua visão de mundo. Os policiais da GEB, recrutados entre os migrantes que se encontravam em Brasília à procura de emprego, se recebessem alguma formação essa seria superficial e de curtíssima duração, situação que pode inclusive dar margem a análises sobre o pertencimento social. Sem dúvida que o registro, o teor das ocorrências e a descrição das queixas dava espaço para o não registro dos casos levados ao conhecimento da polícia e, também, para a tipificação incorreta e a não tipificação. Os vários registros qualificados como rixas, agressões, atentado à paz pública, furto e roubo, por exemplo, nem sempre comportavam detalhes sobre o teor das acusações que determinavam a intervenção policial, circunstâncias que permitem aventar hipóteses em relação à descaracterização da tipificação, a sua subnotificação.



Foto 09. Vista parcial da Cidade-Livre, 1957. Foto: autor não identificado.

Mãe Maria de Oxóssi, segundo testemunho recolhido por SILVEIRA (1994, p. 71), havia sido várias vezes proibida pela GEB de “bater tambor” na Cidade-Livre, quando ali morou entre 1960-62, mas não foi possível encontrar registros contra a sua pessoa e terreiro no Livro de Ocorrências Policiais, o que pode indicar a ausência de registro ou a sua

caracterização incorreta. A dinâmica social, como se depreende da história dos vários locais de culto instalados na Cidade-Livre ou, por exemplo, dos relatos sobre o atendimento prestado pelos policiais nas situações de intolerância religiosa face aos cultos de matriz africana e afrobrasileira que, atualmente, encontram visibilidade na internet, circuito muito mais amplo do que as redes sociais então existentes, nos leva a contemplar a hipótese que outros conflitos teriam existido e levado a polícia a agir sem, no entanto, lavrar a ocorrência. De fato, alguns elementos corroboram a interpretação que em Brasília, a população religiosa logo adquire uma complexidade próxima àquela já descrita para os contextos das comunidades radicadas nos antigos centros urbanos do país. A leitura das notícias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*, entre 1960-1975, visibiliza a existência de tensões e contradições crescentes no campo religioso brasiliense, situação perceptível devido à multiplicação de manifestações favoráveis ao policiamento e fechamento de locais de culto, de denúncias apresentadas por moradores sobre a ordem pública e o chamado “baixo espiritismo”.

Foi no Setor Econômico do Cruzeiro, bairro situado ao lado do Setor Militar Urbano, cuja população era reputada por contar com a presença significativa de militares de baixa patente, que um grupo de moradores foi se manifestar junto ao *Correio Braziliense* sobre os casos de “baixo espiritismo” na localidade, que entendiam constituir desrespeito à ordem pública.¹⁶ Os casos envolvendo o chamado “baixo espiritismo” foram descritos pelo jornal como relacionados às práticas que envolviam a “macumba”, o “sacrifício de animais”, os “feitiços” e “despachos” encontrados em vários pontos da cidade, como nos cemitérios de Brasília e Taguatinga, e em várias encruzilhadas. As manchetes sensacionalistas fizeram parte das páginas de notícias policiais e variadas desse periódico, e estigmas associados à espiritualidade africana e afrobrasileira, recorrentemente encontrados na história brasileira desde a época colonial, são lançados aos leitores.

Os artigos logo começaram a alardear que havia necessidade de revisão das licenças concedidas às associações, pois muitas requeriam autorização para a prática do espiritismo e desvirtuavam os fins declarados, “promovendo práticas estranhas aos preceitos

¹⁶ *Correio Braziliense*, edição 00530, 23/01/1962, p. 8, artigo “Macumba no Setor Econômico”.

kardecistas”. Seguiram-se manifestações por parte de moradores, e o estopim para o início das operações policiais já estava aceso. A evolução da situação que ganha visibilidade através das páginas do Correio Braziliense parece sensível ao movimento que já ocorria em outras cidades brasileiras de intolerância face às espiritualidades de matriz africana e afrobrasileira e ainda hoje se fazem presente no cotidiano brasileiro. Por mais de uma vez o redator interpelou as autoridades, pois antevia que “dentro de poucos dias a Nova Capital estará infestada de macumbeiros como ocorre na Guanabara, onde a Polícia se tornou impotente para reprimir esse abuso”.¹⁷ No decorrer do ano outros casos foram apresentados aos leitores como exemplo da prática do “baixo espiritismo”, vários entre eles envolvendo os frequentadores do “Centro Espírita Iemanjá”, localizado na Cidade-Livre, na rua em que se situava o “baixo meretrício”.

A rua onde se localizava o “baixo espiritismo” e o “baixo meretrício” da Cidade-Livre foi descrita como tendo a reputação de concentrar albergues que facilitavam a prostituição, casas privadas que davam abrigo às “mundanas” e aos “terreiros de macumba”. Os participantes das reuniões, conforme testemunhas ouvidas pelo jornal, “ficavam até altas horas da madrugada perturbando o sossego das famílias que residiam nas proximidades com seus ritmos e cantos entoados em altos brados”.¹⁸ Seis meses após a primeira denúncia, o morador João da Silva testemunhou que ali ninguém mais podia descansar por causa deste Centro, chamando a atenção ao fato que os adeptos da “macumba” diziam que trabalhavam com o espiritismo, mas todos sabiam que “o espírita não trabalha com 'pingas' nem tampouco com tambores, perturbando o silêncio”.¹⁹ Multiplicam-se as reclamações sobre os “antros de macumba” e as denúncias sobre os locais de “despacho”. A patrulha de plantão na Cidade-Livre havia sido chamada nas proximidades da Cascalheira Cardoso, onde havia prendido “diversos adeptos da macumba quando se encontravam ludibriando a boa-fé de dezenas de pessoas”. De acordo com esta

¹⁷ Correio Braziliense, edição 00974, 21/08/1963, p. 7, artigo “Polícia descobriu antro de macumba e seus adeptos foram parar no xadrez”; edição 01139, 05/02/1964, p. 4, artigo “Bode morto é macumba em Taguatinga”.

¹⁸ Correio Braziliense, edição 00815, 09/01/1963, 1o. Caderno, p. 7; artigo “Cresce desordem na Cidade Livre e Polícia Cruza os braços”; edição 00824, 19/01/1963, artigo “Plantão Policial. Macumba”; edição 00829, 25/01/1963, p. 7, artigo “Mundanas perambulavam na via pública”.

¹⁹ Correio Braziliense, edição 00949, 22/06/1963, p. 5, coluna “Cidades Satélites”, subtítulo Macumba.

reportagem, nas cidades-satélites, onde o policiamento era escasso, os proprietários de terreiros agiam livremente, sem que a polícia tomasse conhecimento, tendo se tornado corriqueiro encontrar “nas encruzilhadas desta Capital os tais despachos”, denunciando o fato que os participantes desses cultos ludibriavam as autoridades policiais durante o procedimento de obtenção de licença.²⁰ O desfecho desta situação, se o Centro Espírita Iemanjá foi advertido ou fechado não foi possível esclarecer, mas sabe-se que esta entidade não daria prosseguimento às suas atividades.

Outras localidades também foram objeto de intervenções policiais por abrigarem terreiros como em Taguatinga, no Plano Piloto e na favela do Iapi. Nesta última localidade, situada em face à área do acampamento central da Novacap na Candangolândia, em área do atual Park Way, havia duas igrejas católicas, doze templos protestantes “de diversas seitas” e “ao menos dez centros espíritas umbandistas”.²¹ Conforme testemunho de um velho morador, aos domingos e sextas-feiras ocorriam “várias sessões de macumba”, pois a maior recreação das famílias faveladas, além dos cultos, eram as mútuas visitas que faziam entre si, hábito que seguia a “tradição nordestina” dos serões musicais animados por acordeom e violão, em que se tocava “a música rancheira e a jovem guarda”. Segundo pesquisa realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, os problemas ali eram complexos, as questões sociais se avolumavam e deterioravam a convivência, os moradores se queixavam da prostituição feminina e da ausência de opções de lazer. O grêmio recreativo com sede no local não funcionava mais porque a maioria dos seus sócios morava no Plano Piloto. A associação de moradores, que havia sido diligente, se encontrava praticamente morta. Quanto aos sócios do círculo operário local, eles ainda se reuniam uma vez ou outra, mas seus associados pareciam mais interessados no leite em pó distribuído pela assistente social. A associação de futebol era a única realmente ativa, promovia torneios nos dois campos de terra batida.

²⁰ Correio Braziliense, edição 01027, 24/10/1963, p. 7, coluna “Plantão Policial”, subtítulo: Macumba em Taguatinga; edição 01247, 18/05/ 1964, p. 3, coluna Visto, Lido e Ouvido de Ari Cunha; edição 01326, 19/10/ 1964, p. 8, artigo “Cemitério de Brasília em abandono tem o cruzeiro usado para macumba”; edição 01587, 03/09/1965, p. 13, artigo “Macumba com sangue de morcego”.

²¹ Correio Braziliense, edição 02507, 18/02/1968, caderno 2, capa, artigo “Aspectos sociais”, de autoria de Nogueira Saraiva.

A população da favela do Iapi era composta predominantemente de mineiros, baianos, paraibanos, cearenses, piauienses, pernambucanos e potiguaras, se contando entre eles apenas dez por cento de goianos, os quais eram muito representativos em outras localidades. A população ativa e ocupações não foram detalhadas no relatório, mas os moradores da favela foram reputados como preferindo permanecer no Iapi aos seus locais de procedência, considerando que em Brasília se ganhava mais dinheiro e os filhos podiam estudar. O relatório descreveu as moradias: quase todas as casas eram feitas de madeira, 95% por cento eram habitadas pelos seus próprios proprietários, contavam com 2 ou 3 cômodos pequenos, “onde mal cabe uma minúscula cama”, cerca de 25% dentre elas não tinham sequer cozinha, 81,5% não tinha água e 94,3% não contava com luz elétrica. A especulação já era sentida na localidade, cartazes anunciavam a venda de barracos, os donos de geradores ofereciam energia elétrica por alto preço.



Foto 10. Posto médico do Iapi, 1957. Foto: autor não identificado.

Os policiais do Serviço de Vigilância e Investigação Criminais (SVIC), em batida, controlaram o registro dos terreiros do Iapi junto à Delegacia do Serviço Social, que ocasionou o fechamento de um local de culto, a detenção de doze pessoas “que aparentavam estar em transe” e apreensão de “diversos apetrechos destinados à feitiçaria”.

²² Outras ações de controle seriam noticiadas visando os locais onde se praticava o “baixo espiritismo”.²³ As notícias veiculavam informações de tal modo dirigidas que a leitura sequenciada dos diferentes artigos proporciona ao leitor a impressão de que estava em curso uma campanha articulada de desumanização dos adeptos ou, alternativamente, que havia uma luta pela hegemonia no campo religioso brasileiro, em que se procurava distinções sobre o abusivo uso dos preceitos religiosos, a sua hierarquização sincrônica entre o alto e o baixo, o superior e o inferior, em que a linha divisória parece se situar nos sinais de africanidade, que deslegitimariam o verdadeiro culto. De fato, estas não foram as únicas informações que o periódico analisado publicou sobre as religiões de matriz africana e afrobrasileira. Durante o ano de 1971, por exemplo, foram estampados quatro artigos sobre os Centros Espíritas, Tendas e Terreiros de Brasília, com o nome de seus dirigentes, endereço e dias de funcionamento de cada entidade, quando poderiam receber a população em caso de necessidade.

Ao total foram apresentados 27 locais de culto, localizados no Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Gama, Sobradinho e Planaltina.²⁴ Dentre os mencionados sete entidades continuam até hoje em funcionamento, pode-se aventar que a visibilidade proporcionada pela divulgação seria um modo de proteger seus frequentadores e líderes espirituais de manifestações de intolerância religiosa ou, ainda, identificar os locais que não eram reputados como representantes do “baixo espiritismo”. Cabe notar que os casos aqui citados, identificados a partir da leitura do Correio Braziliense como tendo sido

²² Correio Braziliense, edição 02507, 18/02/1968, caderno 2, capa, artigo “Aspectos sociais”, de autoria de Nogueira Saraiva; edição 01976, 13/11/1966, p. 7, artigo “Polícia vai agir nos ‘terreiros’: candomblés e macumbas ilegais”; edição 01718, 08/01/1966, p. 6, artigo “Polícia desmantela terreiro de macumba”.

²³ Correio Braziliense, edição 03831, 04/06/1972, p. 9, artigo “Ação da Polícia nos Centros de Espíritas”; edição 03929, 15/10/1972, p. 13, artigo “Marido mata a esposa que gostava de macumba”; edição 04063, 29/01/1973, Caderno 2, p. 4, artigo “Guerra santa agita a Macumba: Umbanda contra Quibanda”; edição 04082, 17/02/1973, p. 3, artigo “Registro Policial: Polícia enfrenta”; edição 04083, 19/02/1973, p. 6, coluna Satelizando de Domingos do Rego, subtítulo Ceilândia; edição 04090, 26/02/1973, Caderno Cidade, p. 7, artigo “Com a boca no trombone”; edição 04017, 26/03/1973, p. 5, coluna Satelizando de Domingos do Rego, subtítulo Taguatinga; edição 04116, 02/07/1973, p. 6, coluna Satelizando, de Domingos do Rego, subtítulo Gama; edição 0439, 05/01/1975, artigo “Terreiro”.

²⁴ Correio Braziliense, edição 03407, 20/01/1971, p. 5; edição 03413, 27/01/1971, p. 7; edição 03419, 03/02/1971, p. 7; edição 03439, 27/02/1971, p. 9; edição 03450, 12/03/1971, p. 9, todos esses artigos intitulados “Centros, Tendas e Terreiros”, de autoria de João Neves. Cf. ainda edição 03629, 09/10/1971, p. 8, artigo “Espíritas ajudam Ceilândia”; edição 03845, 21/06/1972, Caderno 2, capa, artigo “Por todos os Orixás”, de autoria de Maria Valdira.

denunciados pela população e sofrido a ação de controle policial não teriam sido, contudo, objeto de ocorrências policiais tipificadas nas delegacias como “crime contra o sentimento religioso”, conforme a legislação vigente. A consulta ao trabalho elaborado pelo “Serviço de Gestão de Estatística Demográfica, moral e política” do Ministério da Justiça (BRASIL, 1973), que realiza um balanço exclusivamente quantitativo sobre os crimes e contravenções que foram objeto de registro policial no Distrito Federal entre 1960-1969, não computa nenhuma ocorrência que tenha sido de tal modo qualificada, o que somente ratifica as análises já aventadas em relação à subnotificação e o não registro das queixas relacionadas às religiões de matriz africana e afrobrasileira.



Brasília-DF: espaço geopolítico e desigualdades

Criada para equilibrar o controle do Estado e o desenvolvimento do país em múltiplos aspectos, Brasília conseguiu se firmar como sede político-administrativa, como ponto de integração na cartografia política e rodoferroviária brasileira. Porém, Brasília não se concretizou necessariamente exemplar como se almejava, reflete as desigualdades estruturais características da sociedade brasileira em suas iniquidades e mazelas, em seus bairros ricos e favelas, em seus índices de absurda desigualdade social e disparidade etno-racial. Brasília forjou o país dentro do país, como espelho reflete as distinções sociais estruturais da formação social brasileira, e todo o custo moral e político de projeto interrompido, de desconcertos que fixou uma mancha urbana desigual e desordenada como centro do país. No mapa das densidades populacionais, a Brasília metropolitana, com seus bairros e arredores, surge como ilhas de extremos. Como tal, a capital brasileira não deu vazão ao sonho e a utopia que fizeram parte da sua criação. As religiões de matriz africana e afrobrasileira se encontram enraizadas no território e, contraditoriamente, como em outras capitais do país, cotidianamente sofrem agressões e seus adeptos confrontam brutal violência social.

Desde a fase inicial da construção de Brasília, a presença do povo do terreiro se mostra efetiva em locais do perímetro urbano e fora dele, na Cidade-Livre, na Candangolândia em Taguatinga. Durante os anos de 1970, a cartografia histórica indica que essas religiões estão sobretudo instaladas em Taguatinga, Sobradinho e Gama, sendo nesta última localidade onde se encontrariam mais representados. Poucos anos após a fundação de Ceilândia, em 1970, essa localidade integra a lista de lugares representativos para a comunidade religiosa e, provavelmente, logo lideraria esse arrolamento. Ao findar a década de 1990, entre os locais com maior número de terreiros figurariam a Ceilândia, Taguatinga, Gama, Planaltina, Sobradinho e Samambaia para, no decênio seguinte, incluir neste rol Santa Maria, Sol Nascente e o Entorno. Estas reconfigurações das áreas de prevalência das comunidades de matriz religiosa africana e afrobrasileira supõe-se tratar da abertura de novos terreiros resultante da entrada de novos migrantes, além de deslocamentos no interior do território e em suas adjacências devido à especulação imobiliária, a vulnerabilidade social e intolerância religiosa. De fato, inúmeras circunstâncias atestam a existência de vários movimentos e motivações na alteração do mapa da ocupação territorial dos terreiros no Distrito Federal e Entorno, que necessitam investigações para correta caracterização.

Brasília completou 20 anos na década de 1970, e esse decênio delimita a falência de várias ideias gestadas pelos mudancistas sobre a cidade e o país. Neste momento, o Distrito Federal já abrigava uma população que se supunha provável no panorama local somente após a virada do século. No cenário nacional, a imagem que se fixa da cidade é aquela de local com um dos mais fortes índices de segregação social do país. A explosão populacional foi responsável pela multiplicação dos adensamentos humanos, ora planejados ora surgidos no bojo do fenômeno da favelização, e surgem dessa forma novos bairros ao redor do perímetro urbano e no seu interior, e a movimentação populacional atinge a zona rural. Data desta época, por exemplo, o florescimento do Guará, local que receberia funcionários da categoria média do funcionalismo público, então expulsos do Plano Piloto por conta dos preços dos imóveis, a explosão populacional desordenada da Ceilândia e Taguatinga e a fixação dos nobres bairros unifamiliares do Lago Sul e Norte. No campo religioso, Brasília passou por transformações importantes, com os Evangélicos

e Neopentecostais, entre os anos de 1980-1990, fortemente ampliando os seus fiéis e suplantando o número de adeptos Protestantes e Espíritas.

As relações entre os líderes das religiões de matriz africana e afrobrasileira e os governos federal e local ganharam consistência política em diferentes âmbitos desde o início da construção da cidade, com os dirigentes das religiões de matriz africana e afrobrasileira atuando na intermediação de demandas diversas provenientes da população junto às autoridades governamentais, desempenhando papel relevante através de suas associações caritativas e obras sociais nos locais onde os serviços públicos eram inexistentes, que os funcionários do governo encontravam dificuldades de entrosamento, em apoio aos favelados ou em vista do assentamento de novos núcleos populacionais, como ainda hoje o fazem. O governo de Joaquim Roriz, que se manteve na administração do Distrito Federal durante quatro mandatos (1988/1990, 1991/1995, 1999/2006), é revelador de entendimentos mantidos com as entidades religiosas e caritativas de diferentes orientações espirituais.

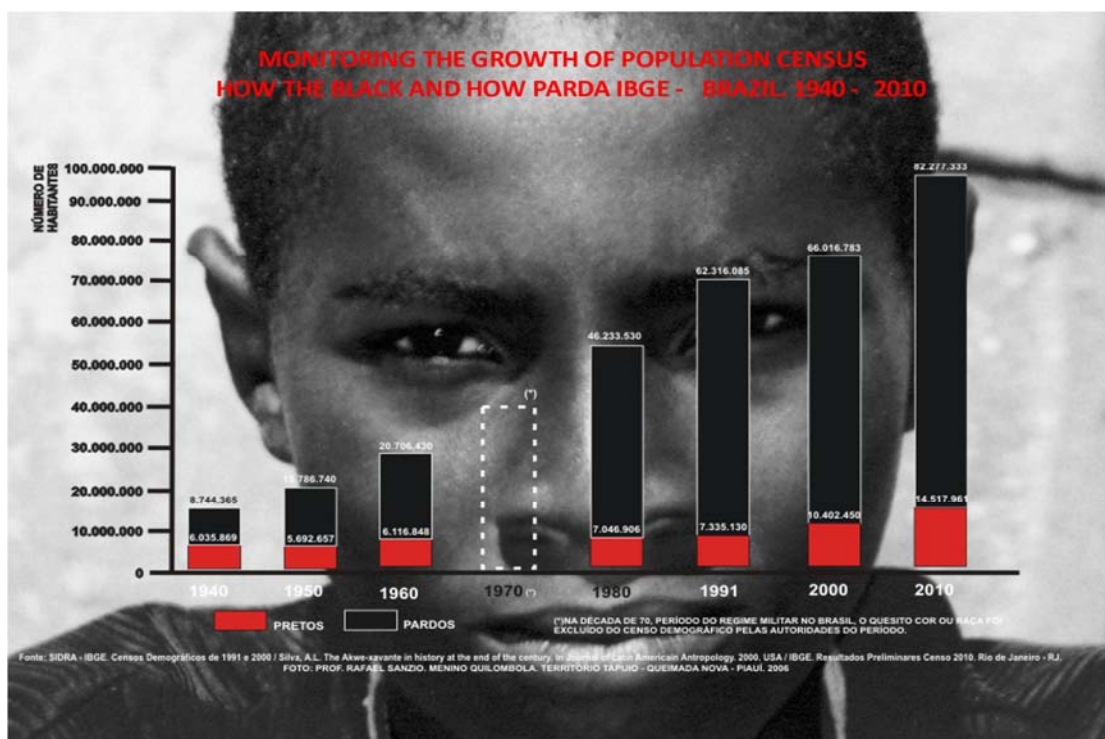
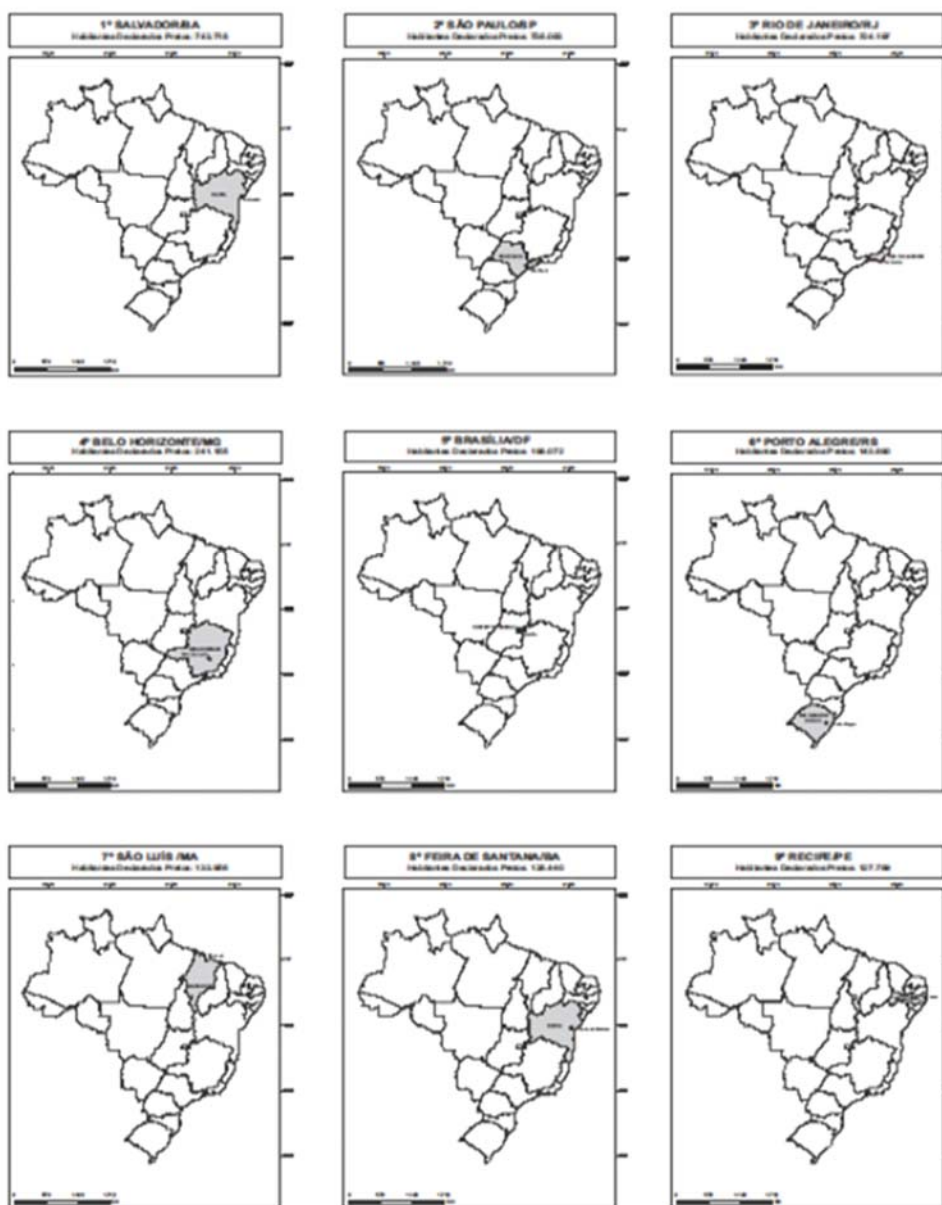


Gráfico 01 – Acompanhamento do crescimento da população declarada negra e parda conforme o Censo Populacional.

Municípios Brasileiros com Maior Número de Habitantes Declarados Pretos



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Figura 09 - Em 2005, a população negra no Distrito Federal perfazia 1.286.745 indivíduos, ou seja, 55,1% da população total (BRASIL, 2005). Em 2010, o Distrito Federal desponta como o quinto município brasileiro com maior número de habitantes declarados pretos.

Secundado pelo clima de distensão política no país, com a reinstalação de uma presidência civil, o governo Roriz deslançou medidas de estímulo à migração e à criação de novos

assentamentos na área do Distrito Federal. À época, Brasília recebeu uma população migrante de enormes proporções que, no terreno, ocasionou a criação de novas localidades, como Samambaia e Santa Maria. A Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé, então sob a direção de Pai Paiva, esteve entre as associações que obtiveram, em 1992, o status de entidade de utilidade pública pelo governo Roriz.²⁵ Em 2000, Roriz autorizou a criação de uma praça na orla sul do Lago Paranoá, uma antiga reivindicação das entidades religiosas de matriz africana e afrobrasileira, em local onde há vários anos seus adeptos se encontravam para a comemoração à Iemanjá. A Praça dos Orixás, como foi então chamado o conjunto arquitetônico que integra esculturas das principais divindades do panteão religioso africano e afrobrasileiro, marca uma inflexão na história das relações da comunidade do terreiro com a capital brasileira, representa aceitação da herança brasileira, dos rituais que resistiram e daqueles que foram reelaborados durante a diáspora africana, exterioriza símbolos dessas forças religiosas na capital do país em local escolhido pelos seus adeptos.

O desmonte da legislação restritiva à emergência de políticas de inclusão das populações negras, indígenas e mestiças teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando finalmente foram inscritos princípios e direitos que possibilitam vazão jurídica às demandas dessas comunidades, que sustentariam a edição de ações afirmativas e o Estatuto da Igualdade Racial (2010). No que diz respeito às religiões, a Constituição Federal defende as noções de liberdade de consciência e crença, assegurando o livre exercício de cultos religiosos e suas liturgias, de proteção aos locais de culto e organização social. Por meio da valorização e difusão das manifestações culturais que compõem o processo civilizatório brasileiro, a Constituição assegurou reconhecimento às religiões de matriz africana e afrobrasileira como expressão da cultura nacional e, sobretudo, a Constituição tratou o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Estes princípios possibilitaram a aprovação de legislações que suprimiram e alteraram o disposto pelo Código Penal de 1940 e legislação derivada.²⁶

²⁵ArPDF, Fundo Gabinete do Governador, GABGOV-0144 (3) (2)d; GABGOV-0273 (23)d.

²⁶ Citam-se entre outros a lei 7.716/1989, Lei Caó, marco histórico na legislação brasileira, que tipifica o crime de racismo; a lei 9.459/1997 que prevê o crime de injúria racial; a lei nº 9.521/1997, que revogou o art. 27 do Decreto-lei nº 3.688/1941 da lei das Contravenções Penais. Posteriormente; a lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei n. 12.519/2011, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da

No Brasil, o cotidiano dos adeptos dos cultos de terreiro tem sido muito diverso, enquanto experiência humana, daquele vivenciado pelos Católicos Ortodoxos, Judeus, Muçulmanos e Protestantes – como os Anglicanos, Batistas e Luteranos -, todos eles presentes no território brasileiro desde o período colonial. No leque espiritual, a religiosidade de matriz africana e afrobrasileira tem sido alvo, como também a religiosidade indígena, de persistente intolerância religiosa, repressão policial e diabolização conceitual, situação que se encontra certamente imbricada com a posição imposta a essas populações pela sociedade colonial luso-brasileira, pela ação restritiva sustentada pela religião oficial durante quatro séculos, pela legislação punitiva construída pelo Estado brasileiro entre 1890-1988, cujas noções ainda hoje permeiam o imaginário social brasileiro.

A população negra e mestiça tem sido vítima da desigualdade étnico-racial no Brasil, e os praticantes das religiões de matriz africana e afrobrasileira são as principais vítimas de crimes de racismo fundamentados na intolerância religiosa. As hostilidades contra essas religiões encontram-se atualmente relacionadas à crescente influência que alguns grupos Neopentecostais exercem no país. Brasília, como outras capitais brasileiras, vive um momento peculiar em vista do modo como os Neopentecostais se colocaram nesta cruzada em que, por suas noções teológicas, projeto político e posturas morais se aproximam dos inquisidores e fundamentalistas religiosos. O estabelecimento dos Neopentecostais em Brasília, especialmente por intermédio da abertura de templos da Igreja Universal do Reino de Deus, se situa em meados da década de 1980.

A destruição sistemática das estátuas da praça dos Orixás, a partir de 2005 e até os dias atuais, é só uma faceta da intolerância religiosa que se registra no Distrito Federal, que singulariza esta fase de outros momentos da história local das religiões de matriz africana e afrobrasileira. Desde 2005, quando ocorreu a primeira destruição destas imagens, as

Consciência Negra; a Lei 12.711/ 2012, que torna obrigatória a reserva de cotas raciais no Ensino Superior; e a Lei nº 12.644/ 2012, que institui o Dia Nacional da Umbanda. Além disso, o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. No âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, o Brasil subscreveu a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Convenção contra a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância e a Convenção Interamericana contra toda forma de Discriminação e Intolerância.

inúmeras depredações das esculturas que compõem o panteão de divindades da praça dos Orixás batem repetidamente na tecla do fanatismo, situação que tem se propagado e atinge os povos dos terreiros estabelecidos no Distrito Federal e na região do Entorno. Desde 2011, o crescimento de casos de intolerância religiosa no Brasil tem sido registrado pela ouvidoria criada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100). Segundo esses dados foram registrados, entre 2011 e 2016, a ocorrência de 697 casos de intolerância religiosa, a maioria notificada nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. As ocorrências registradas no território do Distrito Federal, no entanto, quando se tem em conta o número de casos notificados por grupo de cem mil habitantes desponta em primeiro lugar em 2011, em 2012 e 2015. De um modo geral, as vítimas identificam-se como fiéis da Umbanda, do Candomblé e outros cultos de matriz africana e afrobrasileira. Em 2016, por exemplo, dos 759 casos totalizados, em 281 situações as vítimas identificaram as suas religiões, e as ocorrências envolvendo essas religiões somaram 176 notificações. Em todos os anos, entre 2011 e 2016, a população que se identificou como negra e parda totalizou a maioria das ocorrências.

A mais importante faceta que estes dados fazem emergir é a constatação que a visibilidade sobre o respeito religioso no país e a discussão de seus temas conexos, os vínculos relacionados ao preconceito racial e a incidência das ocorrências entre a população pobre, negra e parda veem confirmar o que os estudos e análises acadêmicas já haviam identificado como característico da sociedade brasileira, ou seja, que a prática do racismo institucional e da subnotificação, muitas vezes em função da ausência de testemunhas, têm levado os envolvidos a registrarem a ocorrência como sendo de outra natureza, como roubo ou furto por exemplo, ou, alternativamente, optam pelo não prosseguimento das queixas no âmbito penal. Uma grande parte das vítimas não comunica queixas à polícia, mas entre aquelas que o fazem menos da metade chegam realmente a romper o silêncio imposto durante o detalhamento das notificações, quando ocorrem diferentes tipos de pressões sociais (BRASIL, 2016).

São várias as iniciativas desencadeadas nas diversas regiões brasileiras visando modificar o amplo quadro de intolerância que se observa no país em relação a parcelas significativas

de sua própria população. Marchas, passeatas, caminhadas, piqueniques, conferências e saraus culturais têm sido algumas das ações que os dirigentes e fiéis têm levado à frente para demonstrar indignação e angariar apoio público contra os atos de extremismo. Em Brasília, na semana passada, a “Marcha pela Integridade dos Terreiros”, realizada ao longo do Eixo Monumental até o Supremo Tribunal Federal, aconteceu no mesmo dia em que este tribunal colocou em pauta, mas não julgou ainda, a regularização fundiária de 1,5 mil territórios quilombolas no país.

Na tentativa de enfrentamento a esses casos, duas iniciativas organizadas pelo governo do Distrito Federal e levadas à efeito pelas entidades religiosas e movimentos sociais merecem destaque. O Projeto Oxalá, que teve início em 2013, ministra cursos de conscientização contra o racismo como espécie de "medida alternativa" no âmbito da suspensão condicional do processo jurídico. Por sua vez, a criação de uma delegacia especial de repressão aos crimes por discriminação racial, religiosa, orientação sexual ou contra pessoa idosa ou com deficiência, a Decrin, foi a resposta do governo à destruição de vários terreiros onde as ocorrências, em vista dos elementos de enquête, constatavam somente roubo e destruição. Em 2015, no mês de novembro, um terreiro de candomblé foi incendiado em Brasília, sem deixar feridos. Na época, a imprensa local já registrara 12 incêndios semelhantes desde o início do ano, e em abril de 2016, a escultura de Oxalá da Praça dos Orixás foi mais uma vez destruída. A cartografia e o mapeamento dos terreiros, iniciativa que se situa no âmbito do Ministério da Cultura e da Fundação Palmares, tem sido implementada como medida de defesa à integridade dos locais de culto e dos adeptos das religiões de matriz africana e afrobrasileira.

Desde a divulgação do mapeamento dos terreiros de Salvador, na década de 1990, outras ações permitiram a divulgação de estudos, sob o mesmo princípio, em relação às casas de culto situadas em Belém, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo etc., que visam combater à vulnerabilidade a qual o povo do santo está sujeito. Esses locais constituem espaços privilegiados de resistência cultural, política, social e religiosa, e são indissociáveis das lutas da população negra e mestiça por igualdade social. No Distrito Federal, algumas etapas foram cumpridas pelos esforços deslançados entre 2002-2012,

e resultou na publicação de dois importantes estudos de identificação de trinta terreiros localizados na área (BRASIL 2009, 2010, 2012).

Ainda hoje, apesar da existência de leis favoráveis às religiões de matriz africana e afrobrasileira, o reconhecimento dos efeitos civis do casamento realizado em cerimônias de Umbanda e Candomblé, como manifestação de cumprimento constitucional do respeito à crença, não se trata de um entendimento implícito, especialmente no âmbito dos cartórios. Ainda hoje, os templos de Candomblé não têm assegurada a imunidade tributária, seus ministros não conseguem obter inscrição no sistema de seguridade social, os cartórios protelam o reconhecimento da validade dos títulos apresentados pelo povo do terreiro. Atualmente, a laicidade do Estado foi abalada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava o modelo de ensino religioso nas escolas da rede pública de ensino do país. Por maioria dos votos, os ministros entenderam que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões estabelecidas no país, alterando decisões que haviam sido tomadas nos últimos dez anos.

REFERÊNCIAS:

1. Fontes primárias

Manuscrita:

Livro de Ocorrências da Guarda Especial de Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap: NOV-D-10-1-0001 (1)d; NOV-D-10-1-0001 (2)d; NOV-D-10-1-0001 (3)d; NOV-D-10-1-0001 (4)d; NOV-D-10-1-0002 (1)d; NOV-D-10-1-0002 (2)d; NOV-D-10-1-0003 (1)d; NOV-D-10-1-0003 (2)d; NOV-D-10-1-0003 (3)d; NOV-D-10-1-0004 (3)d; NOV-D-10-1-0004 (4)d; NOV-D-10-1-0004 (5)d;

Impressa:

Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV-B-9-0310 (1)d; NOV-D-1-5-0071 (68)d; NOV-D-1-5-0111 (17)d; NOV-D-4-1-Z-0024 (2)d.

Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Gabinete do Governador: GABGOV-0144 (3) (2)d; GABGOV-0273 (23)d.

Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Taguatinga: ADTG-D-1-1-0007 (3)d; ADTG-F-2-0044 (2)d; ADTG-J-2-0050 (3)d.

Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Comunicação Social: SCS-JF-11-2-C-3 (29).

Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública: SSP-CI-0027 (21)d.

BRASIL. Brasília. Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (1957-1988), Rio de Janeiro: Brasília.

BRASIL. Censo Experimental de Brasília, planejado e organizado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Núcleo de Planejamento Censitário (versão para divulgação), 1959. 65p.

BRASIL. Censo Experimental de Brasília. População – Habitação, 17 de maio de 1959, planejado e organizado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Núcleo de Planejamento Censitário (versão completa), 1959. 114p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1960. Distrito Federal. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional, Vol. I, Tomo XIX. 95p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1º. Recenseamento de Brasília, Levantamento realizado pela Inspetoria Regional de Estatística de Goiás, em 20/7/1957, sob a orientação do Estatístico Célio Fonseca, 20p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário Nacional de Referências Culturais dos Terreiros do Distrito Federal e Entorno - 1ª. Fase. BESSONI, G.; RAMASSOTE, R. (org.); Brasília, DF: IPHAN-DF, 2009. 152p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vale do Amanhecer: Inventário Nacional de Referências Culturais. SIQUEIRA, D.; REIS, M.; LEITE, J.; RAMASSOTE, R. (coord.). Brasília, DF: IPHAN-DF, 2010. 276p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais.

Superintendência do Iphan no Distrito Federal; BESSONI, G.; RAMASSOTE, R.; REIS, M. (coord.). Brasília, DF: IPHAN-DF, 2012. 315p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Serviço de Estatística Demográfica, moral e política. Crimes e Contravenções (Distrito Federal) 1960-1969. Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1973.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares. FONSECA, A.B.; ADAD, J.C. (org.). Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016. 146p.

Jornal “Correio Braziliense” (1960-1975 e 2000-2013), Brasília – DF.

2. Imagens

FIGURA 01 – Fonte: Anúncios classificados do Correio Braziliense, edição 00072, de 1960.

FIGURA 02 – Fonte: Fragmento da Ficha de inscrição de membros da Confederação Espírita Umbandista do Brasil.

FIGURA 03 – Fonte: Fragmento da Ficha de inscrição de membros da Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé.

FIGURA 04 – Fonte: Anúncios classificados do Correio Braziliense, Edição 3403, de 1971.

FIGURA 05 – Fonte: Anúncios Classificados do Correio Braziliense, edição 1981, de 1966, e edição 3213, de 1970.

FIGURA 06 – Fonte: Anúncios Classificados do Correio Braziliense, edição 3064, de 1969, e edição 4526, de 1974

FIGURA 07 – Fonte: Seção de Declaração, Correio Braziliense, edição 3575, de 1971, e edição 0284, de 1969.

FIGURA 08 – Fonte: Correio Braziliense, edição 3652 e 3690, de 1971.

FIGURA 09 - Fonte: ANJOS, R.S.A. 2021

FOTO 01 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_D_4_4_D_3 (3759).

FOTO 02 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_D_4_4_C_3 (2672).

FOTO 03 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_D_4_4_C_4_4 (3331).

FOTO 04 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_4_4_B_1(104).

FOTO 05 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_D_4_4_B_1 (137).

FOTO 06 – Fonte: Acervo Projeto GEOAFRO, 2017.

FOTO 07 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, NOV_D_4_4_C_5 (3441).

FOTO 08 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, 3447_NOV_C_5.

FOTO 09 - Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap,

0058_NOV_B_01.

FOTO 10 - Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/historico>

GRÁFICO 01 – Fonte: ANJOS. R.S.A. ÁFRICABRASIL Atlas Geográfico, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

IMAGEM 01 – Fonte: Extrato de Imagem de Satélite SPOT – FR. 2005. Acervo CIGA – UnB

MAPA 01 – Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas. Editora Mapas Consultoria, Brasília, 2011.

MAPA 02 – Fonte: IBGE 1960, p. 114

3. Bibliografia

ABREU, Jo. **Os Orixás dançam no Planalto Central**. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 2005. 53p.

ALMEIDA, E. Imagens e imaginários sobre Brasília: Capital Nacional e Patrimônio Mundial. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2015. 77p.

BASTIDE, R. **Les religions africaines au Brésil : vers une sociologie des interpénétrations des civilisations**. Paris, Press Universitaires de France, 1960.

BENEDITO, J.C. Religiões e religiosidades populares: o conflito religioso e a simbiose de ritos e performances entre neopentecostais e afro-brasileiros. Universitas Humanística, n.º. 61, 2006, p. 231-253.

BONFIM, J.B.S. Casamento realizado em terreiro de Candomblé. Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, ano 1, vol. 2, 2013, p.170-183.

BORGES, R.M.P.O. Os 50 anos de ocupação urbana do Distrito Federal: uma carta geográfica comemorativa. Monografia (Graduação em Geografia), UnB, 2008, 140p.

CAMPOS, W. O. Expectativas em torno da Lei Afonso Arinos (1951): a “nova Abolição” ou “lei para americano ver?” Revista Latino-Americana de História, vol. 4, n.º. 13, 2015, p. 257-278.

CAPONE, S. Le pur et le dégénéré: le Candomblé de Rio de Janeiro ou les oppositions revisitées. Journal de la Sociétés Américanistes, n.º 82, 1996, p. 259-292.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 1972.

CATALDO, B.; RAMOS, G. (org). **Brasília aos 50 anos. Que cidade é essa?** Brasília: Tema Editorial, 2010. 256 p.

CZAJKA, R. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. Antíteses, v. 8, n. 15, 2015, p. 219-242.

GOMES, F. S. Quilombo: sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.588p.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, SP: Dominus, [1965]. 2v.

GRIN, M & MAIO, M.C. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 33-45.

- MAGGIE, Y. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 292p.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 267p.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática. 89p.
- OLIVEIRA, N.F. A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2015. 173p.
- PAVIANI, A. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. Espaço & Geografia, vol. 10, nº 1, 2007, p.01-22.
- PRANDI, R. **Os candomblés de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1991.
- RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da UnB, 2008. 276 p.
- SERRA, O. No caminho de Aruanda: a umbanda candanga revisitada. *Afro-Ásia*, nº 25-26, 2001. p.215-256.
- SILVA, P. F. da. Cotidiano e polícia: a vida social e a intervenção policial durante a construção de Brasília. Dissertação (Mestrado em História), Unb, Brasília, 1994. 132p.
- SOUZA, L.M. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 408p.
- SOUZA, T. R. G. Os estudos afro-brasileiros: o “teatro de construção” da representação do afro-brasileiro nos anos 1930. Brasília, XXIX Simpósio ANPUH, 2017. 15p.
- VERGER, P. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador, Corrupio, 1981. 295p.
- VILHENA, L. R. da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.